



CURSO ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO PROFISSIONAL
QUESTÃO SOCIAL E FUNDAMENTOS
TEÓRICO-HISTÓRICOS E ÉTICO-POLÍTICOS DO
SERVIÇO SOCIAL

» **LIVRO 1** «

Textos que compõem a Disciplina 1

**TENDÊNCIAS MUNDIAIS
DA CRISE DO CAPITAL E
OFENSIVA CONSERVADORA**

Brasília (DF) | 2026



ABEPSS
Associação Brasileira de Professores e Profissionais em Serviço Social

UERN



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tendências mundiais da crise do capital e ofensiva conservadora / edição Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).
-- Brasília, DF : Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2026. -- (Trabalho profissional: questão social e fundamentos teórico-históricos e ético-políticos do serviço social ; 1)

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86322-21-7

1. Direitos humanos 2. Extensão universitária
3. Política social 4. Serviço social - Estudo e ensino I. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). II. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). III. Série.

26-337020.0

CDD-361.07

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social : Estudo e ensino 361.07

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

ORGANIZAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Coordenadora Geral

Sâmya Rodrigues Ramos (UERN)

Coordenadora Pedagógica

Ivanete Boschetti

Coordenação pelo CFESS

Kelly Melatti, Mirla Cisne e Marciângela Gonçalves

Representação ABEPSS

Inêz Stampa

Representação UERN

Cláudio Lopes de Vasconcelos e Giann Mendes Ribeiro

Representação Funcitern

Rafael Ramon Fonsêca Rodrigues

Assessoria

Adriane Tomazelli e Natália Faraj

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição: CFESS e ABEPSS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)

Presidenta Kelly Rodrigues Melatti (SP) | **Vice-presidenta** Marciângela Gonçalves (AL) | **1º Secretaria** Emilly Marques (ES) | **2ª Secretária** Alana Barbosa Rodrigues (TO) | **1º Tesoureiro** Agnaldo Engel Knevitz (RS) | **2ª Tesoureira** Larissa Gentil Lima (MT) | **Conselho Fiscal** Jussara de Lima Ferreira (RJ), Angelita Rangel Ferreira (MG), Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA) | **Suplentes** Ubiratan de Souza Dias Junior (SP), Mirla Cisne Álvaro (RN), Karen Albini (PR), Tales Willyan Fornazier Moreira (MG), Adriana Soares Dutra (RJ), Iara Vanessa Fraga de Santana (CE), Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS)

Presidenta Joana Valente Santana (UFPA) **Secretária** Vera Lúcia Batista Gomes (UFPA) **Tesoureira** Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA) **Coordenação Nacional de Graduação** Zaira Sabry Azar (UFMA) **Coordenação Nacional de Pós-Graduação** Inez Terezinha Stampa (PUC-RJ) **Coordenação de Relações Internacionais** Sandra de Faria PUC-GO) **Suplentes de Diretoria** Débora Rodrigues Santos (UFRB) e Cristiana Costa Lima (UFMA) **Rep. Nacional Discente de Graduação (Titular)** Katiane de Jesus Souza (UFPA) **Rep. Nacional Discente de Graduação (Suplente)** Arthur Beserra Moraes (Unirio) **Rep. Nacional Discente de Pós-Graduação (Titular)** Leonardo Costa Miranda (UFPA) **Rep. Nacional Discente de Pós-Graduação (Suplente)** Dafne Dias Lages Monteiro (UFPI) **Conselho Fiscal** Teresa Cristina Moura Costa (UFPI) Rosemeire dos Santos (UFT) e Jeffeson William Pereira (UFAM)

Colaboração: UERN e FUNCITERN

Projeto gráfico, capa e diagramação: Rafael Werkema

Revisão: LCR Serviços Cinematográficos

Ano: 2026

ISBN: 978-65-86322-21-7



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO » CFESS e ABEPSS **7**

AULA INAUGURAL | Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teóricos-Históricos e Ético Políticos do Serviço Social » Maria Carmelita Yazbek **13**

AULA 1 | Crise estrutural e impactos na produção e reprodução social » Elaine Behring **25**

AULA 2 | Crise da democracia burguesa e avanço mundial da extrema direita » Ana Elizabete Mota **49**

AULA 3 | Impactos ideopolíticos da crise na organização dos movimentos populares e nos projetos societários » Marcelo Braz **71**

AULA 4 | Ofensiva do capital sobre o Estado, os direitos e as políticas sociais » Ivanete Boschetti **97**

ANEXOS » Ementário do Curso **121**

» Links das aulas em vídeo **132**





APRESENTAÇÃO

Os capítulos ora disponibilizados nesse primeiro livro, compõem um conjunto de cinco coletâneas, que agregam os textos inéditos, elaborados exclusivamente para o Curso de Especialização “Trabalho Profissional: questão social e fundamentos teórico-históricos e ético-políticos do Serviço Social”, iniciado em setembro de 2025 e realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, em acordo de cooperação técnica firmado com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN e Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte – FUNCITERN.

Em sua dimensão acadêmica, o Curso está vinculado à Faculdade de Serviço Social da UERN (FASSO/UERN), que oferta Curso de Graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS), em nível de Mestrado.

Essa é a terceira edição do Curso de Especialização, depois das boas avaliações tidas nas edições de 1999 e 2009. Mediado pelo uso de tecnologia remota, tem sua vigência prevista até fevereiro de 2027, foi uma deliberação do 50º Encontro Nacional CFESS/CRESS e concretiza uma iniciativa da Política de Educação Permanente, comprometida com a regular e sistemática qualificação do trabalho profissional e das atribuições e competências determinadas na Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993).



O Projeto Pedagógico do Curso atribui centralidade aos fundamentos teórico-históricos da profissão e as dimensões do trabalho profissional, considerando as transformações societárias, as novas morfologias do trabalho em contexto de crise do capital e as recentes requisições postas às(aos) profissionais nas relações de trabalho, determinadas pela agudização da questão social¹, de suas particulares expressões determinadas pela formação social brasileira e pelo avanço de forças conservadoras e reacionárias que disputam os valores e princípios estruturantes do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Os conteúdos que estruturam o curso e seus componentes curriculares têm como fio condutor a relação entre o trabalho profissional, as expressões da questão social (Iamamoto & Carvalho, 1982; Netto, 2021), que se apresentam como matéria de intervenção profissional, e os compromissos ético-políticos profissionais estabelecidos no Código de Ética Profissional (1993).

O curso está configurado em seis disciplinas que se desdobram em 36 aulas e articulam transversalmente as temáticas abordadas. Os eixos centrais presentes no curso tratam das determinações de exploração das relações sociais de classe, sexo/sexualidade/gênero e raça-ética, mediadas por opressões geracionais e de deficiências, como unidades indissociáveis da sociabilidade capitalista. Tal como disposto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, reafirmam o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inerente ao processo de produção e reprodução das relações sociais e das determinações estruturais da questão social e suas expressões históricas, que constituem o objeto do trabalho da(o) assistente social, em seus diversos espaços de inserção profissional. Os conteúdos conectam os fundamentos teórico-históricos e ético-políticos a temas e pautas que reivindicam posturas ético-políticas e intervenções técnico-operativas comprometidas, ao mesmo tempo, com as necessárias mediações para acesso aos direitos e políticas sociais destinados à satisfação das necessidades sociais da classe trabalhadora, respeito à diversidade humana e competência na realização das atribuições profissionais.

¹ A concepção de questão social que orienta o Curso é aquela estabelecida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS



Cada disciplina tem um conjunto variável de aulas², ministradas sincronicamente pelas(os) autoras(es) dos textos. Cada texto corresponde à uma aula e serão publicados em livros após o encerramento de cada disciplina. Ao todo serão 5 livros³ (um para cada disciplina), tendo textos que foram concluídos pelas(os) autoras(es) em fevereiro de 2025 e revisados em data anterior à publicação.

Este primeiro livro, assim, reúne os textos elaborados para a Disciplina 1 já concluída pelas(os) assistentes sociais matriculadas(os) no curso, além do texto elaborado e apresentado pela professora Maria Cramelita Yazbek na aula inaugural.

Intitulada “Tendências Mundiais da Crise do Capital e Ofensiva Conservadora”, essa disciplina contou com 04 aulas, cujos textos estão publicados aqui em forma de capítulos, conforme indica o sumário. O primeiro, de autoria de Elaine Rossetti Behring (UERJ) aborda a crise estrutural no contexto da decadência do sistema capitalista, a produção e reprodução da questão social, a ofensiva destrutiva do capital pela valorização do valor, os limites históricos e materiais do capitalismo, e as principais manifestações contemporâneas da crise na ordem econômica mundial.

O segundo capítulo, elaborado pela professora Ana Elisabete Mota (UFPE), discute a reação burguesa à crise do capitalismo, a crise do regime democrático-eleitoral burguês, o avanço mundial de forças organizadas da extrema direita, as políticas conservadoras e sua ofensiva às conquistas civilizatórias e a ascensão de partidos com discursos xenofóbicos.

Na sequência, o terceiro capítulo, de autoria do professor Marcelo Braz (UFRN) discute a decadência ideopolítica da ordem burguesa, os movimentos sociais e sua relação com as classes sociais e projetos societários, a expansão do irracionalismo e sua política contrarrevolucionária, os ataques às lutas e conquistas sociais da classe trabalhadora e as lutas dos sujeitos políticos pela emancipação humana.

² A estrutura curricular completa do Curso está em anexo.

³ Os textos que compõem as disciplinas V e VI serão publicados no mesmo livro.



A disciplina se encerra com o texto apresentado pela professora Ivane-te Boschetti (UFRJ) debatendo os sentidos do Estado, dos direitos e da eman-ciação política e humana no capitalismo, a contraofensiva do capital e a ex-propriação dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, e as tendências mundiais de corrosão das políticas sociais e sistemas de proteção social.

Ao final de cada capítulo apresentamos indicações complementares de livros, artigos, entrevistas, debates e filmes disponibilizadas como recurso peda-gógico na plataforma do curso em cada aula. O repertório que compõe o que chamamos de “Biblioteca Virtual”, foi construído com sugestões das(os) auto-ras(es), das supervisões pedagógica⁴ e da coordenação pedagógica⁵ do curso.

Desejamos boa leitura e esperamos que a disponibilização ampla desse conteúdo possa constituir mais um componente para o aprimoramen-to profissional, para a troca entre equipes, nos espaços de formação profis-sional, de organização política no âmbito dos Cress e possa contribuir para o fortalecimento do nosso Projeto Ético Político Profissional.

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IAMAMOTO, M, & CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982

NETTO, J. “Cinco notas a propósito da ‘questão social’”. In Revista Tempora-lis, no 03, ABEPSS, Brasília, 2001

4 Supervisoras Pedagógicas do Curso: Ana Cristina Muricy de Abreu; Luciane Amaral e Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho.

5 Professora Ivanete Boschetti.





« CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO »
TRABALHO PROFISSIONAL: QUESTÃO SOCIAL E
FUNDAMENTOS TEÓRICO-HISTÓRICOS E ÉTICO-
POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL

« AULA INAUGURAL»
Conteúdo ministrado em
11/9/2025
« Maria Carmelita Yazbek »



AULA INAUGURAL

Curso de Especialização: “Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teóricos-Históricos e Ético Políticos do Serviço Social”

Maria Carmelita Yazbek

Conteúdo da Aula ministrada pela professora no dia 11 de Setembro 2025¹

Muito boa noite aos que partilham este momento tão especial, curistas, docentes, tutores e monitores.

É com grande alegria, que apresento minhas saudações à Kelly Mellati presidente do CFESS, à professora Joana Valente da ABEPSS, à Mirila Cisne conselheira do CFESS e docente da UERN e à Ivanete Boschetti coordenadora pedagógica deste curso, que aqui representam as entidades organizativas dos assistentes sociais brasileiros que nos ofertam como um presente, esse curso de Especialização: “Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teóricos-Históricos e Ético Políticos do Serviço Social”. Trata-se da terceira edição do curso que se insere na Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS e cujos frutos ainda podemos observar cotidianamente e que tem como fundamento a qualidade do trabalho profissional e dos serviços prestados e a afirmação dos princípios ético-políticos e técnico-operativos da profissão.

Gostaria ainda de assinalar que estas poucas reflexões que irei desenvolver estão carregadas de gratidão, reconhecimento e afeto pelo que nos aponta este curso na luta por processos profissionais numa direção emancipadora. Se hoje o capitalismo investe de forma ultraconservadora e sem precedentes sobre o trabalho e a humanidade, nós através de nossas organizações políticas e nossos intelectuais orgânicos enfrentamos e iluminamos os desafios do tempo presente.

¹ Aula em vídeo disponível no Canal do Cfess no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=iuMei-s-MZY>



Sou docente há mais de 50 anos, acompanhei o processo formativo de muitas gerações e entendo que essa proposta é privilegiada, necessária e desejável e se constitui ferramenta teórica, política, para os que buscam, no âmbito do trabalho profissional, mudanças sociais, em nossa realidade. "Mudanças que, contraditoriamente, tem que ser arrancadas de dentro da ordem capitalista, na perspectiva de sua superação." (Frigoto, 2025:10)

O que nos aponta esse conjunto de módulos é uma perspectiva emancipatória em que são enfrentados desafios para o pensamento crítico no contexto atual da crise capitalista dentro do neoliberalismo e sua lógica de mercado e do ultraconservadorismo igrejista e familiarista.

Como referem as organizadoras a "especialização viabilizará a assistentes sociais a possibilidade de acesso a debates contemporâneos e atualizados sobre os fundamentos teórico-históricos e ético-políticos necessários para a realização do trabalho cotidiano com qualidade, favorecendo o acesso a conteúdo e informações atuais para a categoria". Trata-se de um curso que nos apoiará na imprescindível tarefa de decifrar e intervir sobre a realidade, para usar uma feliz e sabia expressão de Iamamoto.

O conhecimento é tema obrigatório na sociedade contemporânea. Fala-se em sociedade do conhecimento, sociedade da informação, surgem novas tecnologias, novas linguagens e novas experiências de espaço e tempo, novas possibilidades de acesso ao conhecimento... Sabemos que informação não é sinônimo de conhecimento e que a aquisição de conhecimentos não é educação, mas entendo que a Educação Permanente implica em uma nova visão da educação e da formação de pessoas, porque o conhecimento implica em uma gestão criativa dessa informação, no estabelecimento de conexões e atualização constante. Nesse contexto, associa-se à educação a necessidade de revisão contínua dos saberes, como coloca a proposta, e ao seu crescente grau de complexidade que vê-se assim confrontado com exigências cada vez maiores de criatividade e desenvolvimento de um intelecto habituado ao pensamento crítico e à aprendizagem autônoma.



Porque inicio destacando esse aspecto? Isso porque que na sociedade contemporânea o poder social das práticas tem muito a ver com o conhecimento que as orienta. O conhecimento ratifica, legitima determinados processamentos do trabalho profissional e, obviamente, deslegitima outros. Trata-se da relação conhecimento e hegemonia ou do conhecimento hegemônico. Porque não há um só conhecimento e sim vários conhecimentos, o que torna necessário analisar as relações sociais do conhecimento, as teorias sociais em que se sustentam e seu entrelaçamento com a política. E, no caso do Serviço Social, com seus Fundamentos de várias ordens e especialmente com sua inserção no movimento da história.

Estamos diante de uma enorme estrutura transnacional de poder e dominação que ganha visibilidade com o avanço do neoliberalismo, do pensamento conservador e seu ideário.

Contexto em que é preciso dar uma especial atenção aos “processos de conhecimento que fundamentam os interesses dominantes”. Uma sociedade da comunicação, da informação das mídias globalizadas não existe sem conhecimentos que a legitimem. Sem a formação de seus quadros. Sem processos educativos que os preparem. A resistência a esse processo também exige conhecimentos comprometidos com outra ordem societária.

Se o conhecimento não é neutro, mas, social, no sentido aqui referido é preciso avançar em um conhecimento “contra hegemônico ou que pretenda ser contra hegemônico”. A Hegemonia é a capacidade de dar a direção, pautar o debate, definir a agenda e, nesse sentido, os processos formativos e a educação permanente e os conhecimentos que dela advém, não são abstrações, desvinculadas das condições sociais em que se constroem.

Lembro aqui o professor Otávio Ianni, um artesão do pensamento crítico, que em uma apresentação na PUCSP há muitas décadas, afirmou a beleza de conhecer, de decifrar a realidade a partir do pensamento fundamentado em uma Teoria Social, e, portanto, um pensamento que não é indiferente do ponto de vista social e político. Para ele construir “uma interpretação dos



dados de uma pesquisa é como a elaboração de uma sinfonia: a partir da descoberta do tema ... (o pesquisador) vai compondo seu trabalho, sua interpretação , suas conexões de sentido, a explicação científica, o todo que se esconde atras do factual, a universalidade contida no singular no discreto e até no minúsculo." (Ianni, 2011) Faz parte de nosso compromisso social e político o exercício do pensamento crítico, a busca de novas teses, novos caminhos. É nesse sentido que um curso como este é uma viagem fantástica em termos de reflexão, de interrogação de questionamento. Uma reflexão que além de individual é antes de tudo uma aventura coletiva. Uma reflexão que é também prospecção sobre o futuro, um olhar para a frente sem indiferença, "um ousado e arrojado modo de se conceber e fazer a formação de pessoas para e pelo trabalho", tendo como horizonte uma perspectiva de totalidade. sem dúvida uma das categorias centrais do pensamento marxiano.

Otávio Ianni (2011:397) afirmava que construir essa totalidade é um desfecho, é uma síntese da proposta de Marx, isto é, como se explica um acontecimento, como se constrói a análise, a explicação o núcleo, o desfecho da reflexão dialética E. explicar dialeticamente e construir a categoria ou as categorias que resultam da reflexão sobre o acontecimento, implica em que o pesquisador se coloque diante do que está problematizando, sempre interrogando-o sobre todos os aspectos, sobre todas as perspectivas, pois a realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória, é trama de mediações; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. A reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica em compreender a realidade como uma totalidade em sua integridade, em seu movimento histórico e contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram como totalidade, as relações sociais que configuram a ordem capitalista. E, para Marx explicar a realidade não é apenas descobrir os nexos que a constituem mas ajudar essa realidade a se constituir. Portanto, o pensamento entra na constituição do real.

É essa proposta que entendo permeia essa especialização porque entendo que a investigação o conhecimento da totalidade é o conhecimento das determinações de múltiplas ordens que interagem, é encontrar suas relações



é buscar as mediações históricas que a constituem. E mais, como afirmei essa totalidade constitui uma instância contraditória, prenhe de disputas e tensões, que se tornaram constitutivas do processo histórico global, que se insaura com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas perpassado por múltiplas contradições (unidade e antagonismo) que hoje se expressam entre classes, raça-etnia, sexualidade, gênero, descapacitismo, e outras.

Neste sentido, esta compreensão da totalidade, que a formação investigação possibilita, visa explicar o vínculo da profissão com a globalidade das relações sociais capitalistas, onde se insere de modo contextualizado, mediado e vinculado.

Assim, a proposta do curso de Especialização: Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teóricos-Históricos e Ético Políticos do Serviço Social constitui uma totalidade a decifrar....e sobre a qual intervir.

Em uma conjuntura sob vários aspectos é extremamente adversa. A questão social, constitutiva da sociedade capitalista amplia seu fosso de desigualdade e injustiça, assumindo novas configurações e expressões, em um mundo dominado pelo capital financeiro e pelo capital platformizado, pelos interesses das grandes corporações, das mídias, do conhecimento planetarizado, saturado, instrumentalizado e a serviço da minoria, e por outras transformações societárias que nos colocam frente a um quadro de pelo menos 1,1 bilhão de pessoas em 112 países são consideradas multidimensionalmente pobres em novo relatório apoiado pelas Nações Unidas.

Efetivamente, a profundidade da crise provocada pelos processos de restruturação produtiva e pela financeirização e platformização do capitalismo (Cf. Antunes, 2023), vem exigindo enfrentamentos de dilemas, desafios e tendências desses processos contemporâneos que configuram uma reestruturação vasta e dramática do capitalismo global, impulsionada pelo capital financeiro, pela reestruturação produtiva e particularmente por sua incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs nas relações de trabalho. Efetivamente, amplia-se no mundo do trabalho o avanço



dessas novas tecnologias, das grandes empresas que as operacionalizam, da Internet das Coisas, da Inteligência Artificial (IA), e a ampliação do uso de recursos informacionais, em multiplas esferas da vida social e profissional.

Processo que expande e desloca as bases da acumulação e sobretudo cria trabalhadores descartáveis, com altas taxas de desemprego, insegurança e instabilidade nos empregos, crescimento do trabalho informal e precário, redução de salários, precarização das relações de trabalho, incluindo terceirizações e contratos por prazos determinados, entre outros aspectos, tornando cada vez mais difícil construir no horizonte uma perspectiva de esperança para a Humanidade.

Alguns impactos sociais dessas mudanças são facilmente observáveis no cotidiano do trabalho do assistente social expressas crescimento das massas descartáveis sobrantes e sem proteção que alcançam as Políticas Sociais que constituem o âmbito do trabalho profissional.

Cenário que, é agravado pelas históricas “desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero impostas desde o sistema colonial,” que coexistem com o avanço da financeirização e com a expansão tecnológica.

Em síntese, não podemos esquecer que, particularmente no caso brasileiro, agravam essas transformações, tem como base “o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo que assentaram as bases de uma estrutura social racista e que deixou, sem dúvida suas marcas na história do país e implantou bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes, bem como as características próprias a questão social brasileira.” (YAZBEK, 2019:90)

Este curso se concentra no desvendamento desse novo tempo na acumulação capitalista que vem gerando o que Dowbor denomina de “crise civilizatória”, caracterizada “por um aumento radical da desigualdade, uma explosão de fortunas no topo da pirâmide social e um ritmo mais fraco de crescimento, apesar dos impressionantes avanços tecnológicos.” (DOWBOR, 2022: 27)



Agrava esse quadro a expansão da extrema direita, apoiada por uma agenda neoliberal que revela uma face hiperautoritária (Cf. DARDOT e LAVAL, 2016) e por uma regressão conservadora de traços fascistas, que se expressa no crescimento contínuo do irracionalismo, caracterizado por um crescente obscurantismo, pela naturalização da desigualdade, pelo acirramento dos preconceitos, do racismo, da homofobia, da criminalização das famílias pobres, do feminicídio e da criminalização dos pobres e pretos e dos movimentos sociais. Assim, uma primeira responsabilidade do profissional é refletir sobre os fundamentos do que está acontecendo, buscando clareza na construção de nossas explicações, na construção de nossa consciência social e política do contemporâneo, na perspectiva de delinear resistências, construir novos caminhos, perspectivas, alternativas, e utopias coletivas.

Nesse contexto, entendo impossível problematizar as condições do exercício profissional e da produção de conhecimentos no Serviço Social, sem conhecer essa realidade e as características que configuram o modo de operar do capitalismo contemporâneo e que vão montar o labirinto de problemas de um país.

Contexto em que se move a Profissão Serviço Social e seu processo de formação, nos deparamos cotidianamente com expressões perversas da Questão Social, em termos de classe, raça etnia, gênero etc: Questão Social que, fundamentalmente expressa as desigualdades que constituem o capitalismo contemporâneo, a partir da divisão da sociedade em classes, com suas múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, descapacitismo, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, a ‘questão social’ atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos” (Iamamoto, 2018, p.72).



COMO SE APRESENTA HOJE GLOBALMENTE A QUESTÃO SOCIAL?

Em termos mundiais, Cf. a OXFAM a Riqueza dos bilionários aumentou em US\$ 2 trilhões no ano de 2024, três vezes mais rápido que no ano anterior (04 por semana) .A captura da nossa economia global por um seletivo grupo privilegiado atingiu níveis antes inimagináveis. A falha em deter os bilionários agora está gerando futuros trilionários. Não apenas a taxa de acumulação de riqueza dos bilionários acelerou — por três vezes — mas também seu poder”,

A história da colonização, do racismo e da exploração deixou um legado duradouro de desigualdade. Hoje, a expectativa de vida média dos africanos ainda é mais de 15 anos mais curta do que a dos europeus. Pesquisas mostram que os salários no Sul Global são de 87 a 95% mais baixos do que os salários no Norte Global para trabalho de habilidade equivalente. Apesar de contribuir com 90% da mão de obra que impulsiona a economia global, os trabalhadores em países de baixa e média renda recebem apenas 21% da renda global.

Globalmente, as mulheres estão mais frequentemente nas formas mais vulneráveis de emprego informal, incluindo o trabalho doméstico, do que os homens. Trabalhadores migrantes em países ricos ganham, em média, cerca de 13% a menos do que os nacionais, com a disparidade salarial subindo para 21% para mulheres migrantes.

Por outro lado em outubro de 2024, a ONU estimava que pelo menos 1,1 bilhão de pessoas viviam em situação de pobreza no mundo. No Brasil, 6 em cada 10 habitantes são pobres E a pobreza não é apenas uma condição de não acesso a bens materiais, mas é também uma condição espiritual caracterizada pelo não acesso não acesso a possibilidades, informações e esperanças.

Podemos dizer assim, que vivemos em uma sociedade excluente cuja gênese foi marcada por relações de dominação racial explícita, colonia-



lismo, escravismo e patriarcado, ou seja, constituída pelos pilares da cultura branca, machista e homofóbica.

Finalmente, é a partir da interlocução com essa realidade com seus impactos em todos os domínios da nossa vida social, econômica, política e cultural, que nos colocamos como profissionais, na direção inaugurada por Iamamoto (1982) que estabelece que a profissão só pode ser desvendada em sua inserção histórica na sociedade. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem o movimento histórico da sociedade capitalista. “*Situar o Serviço Social na história* nos supõe impregnar de história o Serviço Social na sociedade contemporânea. O pressuposto é que *história na sua processualidade — no seu vir a ser* — é o “terreno” da análise do Serviço Social, o que conclama uma perspectiva de totalidade na leitura dos processos histórico-sociais.” (YAZBEK e IAMAMOTO, 2019 : 14)

Nesta perspectiva o Serviço Social só pode ser entendido no movimento histórico da sociedade, no complexo processo de (re)produção das relações sociais capitalistas. Este é entendido como reprodução da totalidade da vida em sociedade, na sua processualidade. Ele inclui não apenas a reprodução da vida material, visto que a reprodução do capital é relação social que implica a reprodução ampliada da vida social com suas tensões e conflitos. Envolve a reprodução espiritual, isto é, das formas de consciência social — jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, entre outras — através das quais os homens tomam consciência da vida social. Esse processo de (re)produção contém a possibilidade do novo, pois se trata de uma totalidade histórica em constante movimento, resultante da ação dos sujeitos e de suas lutas, sujeitos que são produto da história e a constroem coletivamente. O mesmo movimento que cria as condições para a reprodução contraditória da sociedade de classes, racista, misógina, homofóbica, cria e recria os conflitos resultantes de suas relações sociais e a possibilidade de sua superação (Marx, 1974a, 1974b, 1974c; Iamamoto e Carvalho, 1982, Yazbek, 2000, 2018a, 2018b).



Nessa perspectiva, situar o Serviço Social na história requer romper as fronteiras do Serviço Social em seus supostos “componentes internos” — não para perdê-los, mas para elucidar com maior rigor as características dessa especialização do trabalho coletivo e área de conhecimento na sociedade. Exige-se considerar os determinantes societários que inscrevem o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho da sociedade na cena contemporânea, estabelecendo limites e possibilidades ao trabalho do(a) assistente social, à seu processo de formação, à sua produção acadêmico-profissional e à organização dessa categoria profissional.

Tem como horizonte o processo de construção de direitos não apenas como construção técnica, mas questão essencialmente política, lugar de contradições e resistência e não se faz apenas por decretos, protocolos, normas e regulamentos, embora fundamentais. De que estou tratando? Estou tratando das disputas políticas no espaço das políticas sociais, mediações centrais no atendimento das necessidades e direitos da população. Estou tratando da questão de construir hegemonia na condução do processo de construção dos serviços sociais e não apenas realizar gestões bem sucedidas de necessidades. Mesmo em ações de parceria entre público e privado devem ser atribuídos conteúdo e forma pública para políticas que atendam às necessidades de nossos usuários, realizem seus direitos e fortaleçam suas lutas.

Os aspectos a serem trabalhados estão absolutamente conectados e é preciso apontar derivações analíticas delas decorrentes: Este projeto nos dá norte. Ele nos desafia a decifrar a história e acumular forças políticas e competência profissional para sua viabilização que tem como fundamento a qualidade dos serviços prestados à população e a afirmação dos princípios ético-políticos e técnico-operativos da profissão.

REFERÊNCIAS

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.



DOWBOR, L. **Resgatar a função social da economia.** São Paulo: Editoria Elefante, 2022.

IANNI, O. **A construção da Categoria.** Revista HISTEDBR On-Line, número especial, p. 397-416, Campinas, abr. 2011. ISSN:1676-2584-397.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico/metodológica.** 10^a ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MALDONADO, Fábio de Oliveira, Apresentação à Edição Brasileira. **Fundamentos da Análise Social A realidade Social e seu Conhecimento.** São Paulo, Expressão Popullar.2025

MARINI, R. M. **A Dialética da dependência.** In: Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Editoria Expressão Popular, 2005.

OSORIO, Jaime. **Fundamentos da Análise Social A realidade Social e seu Conhecimento.** São Paulo, Expressão Popullar.2025

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, D. P. (Org.); Vieira, Nuria P. (Org.). **Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social - TICs e pandemia.** São Paulo: EDUC, 2022. v. 1. 264p.

YAZBEK, Maria Carmelita e IAMAMOTO Marilda Vilela. **Introdução.** In Serviço Social na História, org. YAZBEK, Maria Carmelita e IAMAMOTO Marilda Vilela. São Paulo, Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Direitos Sociais, Políticas Sociais e Novos Desafios para o Serviço Social.** In Serviço Social, velhas e novas fronteiras. (org. Elizabeth Rondon, Sandra Simone de Araújo e Sheila Rocha.) Rio de Janeiro, Ed. Autografia, 2017.





« DISCIPLINA 1 »
TENDÊNCIAS MUNDIAIS DA CRISE DO
CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA

« AULA 1 »
**Crise estrutural e impactos na
produção e reprodução social**
« Elaine Behring »



CRISE ESTRUTURAL E IMPACTOS NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Elaine Behring

O medo é uma linha que separa o mundo. O medo é uma casa aonde ninguém vai. O medo é como um laço que se aperta em nós. O medo é uma força que não me deixa andar.

(Trad. Lenine, Pedro Guerra e Rodney D'Assis, 2006)

ATENTEM AOS SINAIS

Paire no ar e nos espíritos um sentimento de fim do mundo. Afinal, são muitos os sinais e sintomas do que alguns já estão caracterizando como polícrise (NIEP Marx, 2025). Cresce de forma espantosa a desigualdade social – com suas dimensões de classe, raça e gênero. Segundo o último relatório da OXFAM (2025), salta aos olhos a concentração de riqueza em bilionários – majoritariamente homens brancos –, que aumentou em US\$ 2 trilhões em 2024. E boa parte dessa riqueza é extraída do sul global, o que aponta uma dimensão imperialista e neocolonialista, no contexto de um capitalismo que se desenvolve de forma assimétrica, desigual e combinada. Enquanto isso, o pauperismo não se modificou de forma substancial: “o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza do Banco Mundial de US\$ 6,85 (PPP) hoje é



o mesmo que em 1990: quase 3,6 bilhões de pessoas.” (2025, p. 9), ou seja, cerca de 44% da humanidade. Essa população está concentrada abaixo da Linha do Equador, já que apenas 8% da população mundial vive em países com baixa desigualdade, ao norte. Já os 1% mais ricos detêm 45% da riqueza mundial. Fundamental é registrar que o pauperismo se concentra nas mulheres, e dentre elas, as racializadas: “uma em cada dez mulheres no mundo vive na pobreza extrema (abaixo de US\$ 2,15 por dia PPC); 24,3 milhões de mulheres a mais do que homens vivem na pobreza extrema.” (Oxfam, 2025, p. 9).

Nos atinge duramente a crise climática e ambiental, com desastres em sequência – fogo em biomas fundamentais, a exemplo da nossa Amazônia; chuvas torrenciais e secas prolongadas; degelo nas regiões polares e aquecimento dos oceanos; e ameaças virais, a exemplo do coronavírus que ceifou, em 2020 e 2021, milhões de vidas com maior ou menor intensidade, a depender do nível de negacionismo dos ocupantes dos Estados nacionais. O impacto humano, seja em mortes, seja em radicalização das expressões da questão social (Iamamoto, 2007; Netto, 2001), tem sido tremendo e desigual territorialmente. E os passos das organizações internacionais, governos e sociedade civil são tímidos e/ou diretamente boicotados pelos grandes oligopólios e Estados que os abrigam, para que o planeta não esquente, chegando a temperaturas irreversíveis e inviabilizando a presença humana, caso não exista um freio de emergência (Lowy, 2021). O sóciometabolismo do capitalismo, mantendo-se os padrões atuais, é ecológicamente inviável, pois o planeta está aquecendo aceleradamente. Em 2024, ultrapassamos a simbólica meta de 1,5° dos acordos internacionais, chegando a 1,6°, acima dos níveis pré-industriais (<https://www.bbc.com/portuguese/articles/czj3yemo97po>). Trata-se de uma ruptura metabólica, que aponta os limites naturais e históricos do modo de produção capitalista, nestes tempos de *capitaloceno*, que deixam para trás o *antropoceno* (Sá Barreto, 2022). Os apologetas da energia fóssil, do consumo conspícuo e desmesurado, da busca de outros planetas para poucos viverem, enquanto se destrói a Terra, as pessoas e demais seres que nela vivem, são os verdadeiros exterminadores do futuro.

Persiste um ambiente tóxico de políticas econômicas de austeridade fiscal neoliberais, que direcionam o fundo público para a remuneração das



instituições financeiras, detentoras de títulos da dívida pública dos Estados nacionais, deixando as políticas sociais e os direitos humanos à míngua. O Relatório OXFAM informa que “quatro em cada cinco países reduziram a parcela de seus orçamentos destinada à educação, à saúde e/ou à proteção social e à tributação progressiva; e nove em cada dez regrediram em termos de direitos trabalhistas e salários-mínimos” (2025, p. 10). Desta forma, os Estados nacionais hegemonizados por interesses burgueses, especialmente das instituições financeiras (Chesnais, 2006 e 2011), são uma parte substancial da crise, dada sua incapacidade cada vez maior de cumprir um papel anticíclico ou de regulação. Nesse sentido, o fundo público faz a gestão das crises, assegura as condições gerais de produção e reprodução do capitalismo decadente, e intensifica e media os ritmos do metabolismo do capital (Behring, 2021), deixando de financiar atividades fundamentais para a reprodução da força de trabalho, em um contexto de aumento exponencial do exército industrial de reserva e de recrudescimento das expressões da questão social.

Gayraud (2014) nos chama a atenção para uma dimensão criminosa no capitalismo atual, conduzida por colarinhos brancos em articulação com máfias, narco-bancos e similares. Uma verdadeira economia política das sombras, que se funda na apropriação privada do fundo público, seja via isenções fiscais injustificáveis e licitações viciadas, ou por meio de dutos e gambiarras de recursos pela corrupção. É uma rede que mobiliza pirâmides financeiras e “laranjas”, sob os quais se disfarçam o tráfico de armas, drogas e toda sorte de coisas ilícitas, erigindo uma impressionante máquina de “lavagem” de dinheiro articulada aos paraísos fiscais.

Mas há, ainda, outros sintomas graves. As guerras têm sido historicamente uma saída para as crises cíclicas do capitalismo. Iremos sustentar, adiante, que não estamos diante de um ciclo, mas de uma crise estrutural. Nesse cenário, como afirma Menegat (2024), “a guerra não tem paz” no capitalismo. A corrida armamentista, com grande sustentação do fundo público, tem sido intensamente mobilizada, em guerras localizadas dilacerantes e com ameaças de generalização, em função das disputas imperialistas, em contexto de importantes alterações na geopolítica internacional, advindas da decadê-

cia da hegemonia norte-americana. O genocídio em Gaza aos olhos e com a aquiescência de parte do mundo, a invasão da Ucrânia pela Rússia, as tensões em torno de Taiwan, são acontecimentos recentíssimos. Mas a lista de conflitos é extensa nesse início de século XXI. A guerra é um componente decisivo na produção e reprodução do capitalismo. E é também uma das causas principais de uma imensa tragédia humanitária: os fluxos migratórios em fuga das balas, das ditaduras, mas também da pobreza e da fome, os quais encontram cada vez menos acolhimento. Com a posse de Trump no governo dos EUA, em 2025, estamos assistindo à descartabilidade humana em grande escala, e o ambiente se tornou ainda mais ameaçador com a guerra econômica de tarifas.

O dito até aqui nos leva a pensar sobre a dimensão política e ideológica da crise. Observamos a ocupação de espaços de poder por projetos societários antidemocráticos e violentos sobre “os de baixo”, orientados pelo neofascismo (Mattos, 2020), pelo neoliberalismo, pelo racismo e pelo patriarcado, encarnados nas classes dominantes e seus arautos. A “caça apaixonada do valor” (Marx, 1988, p. 126), como nunca, não encontra limites legais e institucionais, nessa “economia política da barbárie” (Menegat, 2024). As promessas da modernidade - de igualdade, fraternidade e liberdade - estão cada vez mais distantes, mesmo nos limites estreitos da quase inexistente burguesia ilustrada e seu Estado Democrático de Direito, também em crise, blindado às necessidades das maiorias, e hegemonizado por lumpenburguesias predadoras e autocráticas (Demier, 2017). E há uma tragédia, quiçá maior: a ofensiva burguesa sobre a consciência da classe trabalhadora e seus segmentos, que busca paralisar o dissenso e a resistência, remete às saídas individualistas, e dificulta a organização política coletiva para um contraponto efetivo às tendências destrutivas desencadeadas para perenizar o lucro de uns poucos em detrimento da vida de muitos(as). O capital disputa corações e mentes para o empreendedorismo e a “prosperidade” individuais, mobilizando o poder simbólico e real do medo, e difundindo a ignorância e o imediatismo. Em tal empreitada, vale tudo: desde o uso abusivo e mercantilização da fé, até a desinformação generalizada por meio de *fakenews* e similares. Mas, medo de quê? Do desemprego, da fome, da guerra, da prisão, do cancelamento, da expulsão, da solidão, da



depressão e da medicalização (Kehl, 2009), enfim, da morte, aqui parafraseando o estado hobbesiano de natureza, no qual se instaura a guerra de todos contra todos. O medo é o solo do ressentimento (Kehl, 2004), que, por seu turno, alimenta o salvacionismo messiânico do neofascismo, como em Trump, Musk e, aqui entre nós, o bolsonarismo e seu *hermano* Milei, além de outros similares ao redor do mundo.

Esses são alguns dos sinais principais - cada vez mais fortes e próximos, que não vêm encontrando um contraponto à altura - de que o mundo da produção e reprodução do capital não vai nada bem, ainda que existam pessoas que vejam nisso suas janelas de oportunidades para superlucros. É preciso, contudo, ir além desses elementos aparentes dos processos em curso, para compreender as contradições do capitalismo em crise e em decadência, em uma perspectiva de totalidade.

A EXPLICAÇÃO DAS CRISES EM MARX: BREVE RESGATE

As linhas que seguem são uma síntese atualizada da análise mais extensa da crise que fizemos em Behring, 2021. A crise atual do capitalismo e as saídas destrutivas que as classes dominantes encontram para perenizar suas luxuosas condições de existência (Mészáros, 2002), são explicadas pela crítica da economia política clássica e contemporânea. Para Marx (2009), o capitalismo tende intrinsecamente às crises, a bloqueios no processo de reprodução, contestando as teses liberais de que o capitalismo se direciona ao equilíbrio. Seu elemento *detonador* pode ser uma queda geral dos preços de revenda, tornando a reprodução difícil em razão das perdas; uma alta imprevista das matérias-primas; a falta de provisão de meios de produção, entre outros. E o bloqueio da reprodução conduz à diminuição da massa de trabalho empregada, com impactos de baixa de salários, alimentando a crise. Entre o instante do investimento nos fatores de produção e o momento de seu retorno na forma de lucros podem se produzir catástrofes, dando ensejo à destruição de capital, o que é uma espécie de drama crônico e cíclico



do capitalismo. Esse é o momento em que os detentores de capital na forma monetária, ou seja, em liquidez nas instituições financeiras, em especial, aproveitam para adquirir títulos e propriedades a baixo preço. As crises, historicamente, engendraram a mudança dos proprietários da riqueza: “transferências de riqueza de uma mão a outra” (Marx, 2009, p. 83).

O dinheiro, em seu papel de equivalente geral, é uma forma de existência essencial e necessária do valor de troca das mercadorias. O objetivo central do capitalismo é o lucro que advém da metamorfose da mercadoria em dinheiro, quando se realiza a mais-valia. Porém, “a crise é justamente o momento da perturbação e da destruição do processo de reprodução” (Marx, 2009, p. 92). Vale lembrar que a compra e a venda são momentos separados de um mesmo processo, tal como a produção e o consumo, o que caracteriza a produção burguesa. Porém, podem existir sérias dificuldades para a sua continuidade, tanto temporais quanto espaciais, engendrando a superprodução de mercadorias e/ou a superacumulação de capitais na forma monetária, decorrentes da interrupção do processo. A superprodução acontece em razão das dificuldades de encontrar meios de pagamento nos quais se transmutam as mercadorias, em razão da separação e, na crise, da verdadeira oposição entre produção e circulação, em um modo de produção que se organiza para o lucro e não para as necessidades.

As crises, portanto, restabelecem violentamente a unidade das fases do processo de produção e reprodução social, que estavam relativamente autonomizadas pela dinâmica mesma da economia política burguesa. No interior do processo, operam diferentes capitais em diversas formas de existência, impostas pela divisão social do trabalho, o que determina a amplitude e o conteúdo da crise. A interveniência dos papéis – títulos de dívida – nas transações de compra e venda torna mais complexo todo esse processo: “As interações entre dívidas e obrigações recíprocas e entre compras e vendas podem transformar a possibilidade de crise em crise real” (Marx, 2009, p. 115). As crises monetárias se caracterizam pela não realização de uma série de pagamentos em um intervalo de tempo determinado. Marx aponta que os economistas adoram encontrar aí as causas das crises, quando são, na verdade, suas expressões.



Para ele, a dinâmica da crise deve ser analisada a partir das condições gerais da produção capitalista.

Neste passo, ele faz ponderações importantes sobre a crise de superprodução. Os que produzem - os/as trabalhadores/as - não são consumidores/as dos artigos que serão consumidos na produção (meios de produção e matérias-primas), e muitas vezes sequer do que produziram, dependendo do ramo de produção. Os/as trabalhadores/as produzem, de fato, a mais-valia além de suas necessidades, para estarem em condições de consumir ou comprar no estrito limite dessas mesmas necessidades, que são históricas e sociais. Por outro lado, o capitalismo tem tendência de crescimento permanente da produção. Seu limite, na verdade, é sempre dado pela dinâmica da taxa de lucro. E nesta, opera a tendência histórica de queda, decorrente da competição entre os capitais em torno da taxa de lucro, que tende a alterar a composição orgânica do capital, expulsando força de trabalho, daí decorre o desemprego e a formação de uma superpopulação relativa, como condição de existência do capital.

É importante reiterar que a crise para Marx é, sobretudo, de superprodução. Mesmo quando existem massas de valores na forma monetária – superacumulação –, isso expressa o processo da superprodução em grande escala (Marx, 2009, p. 163). Para ele, a crise geral do mercado mundial é um momento em que todas as contradições da produção burguesa eclodem, fazendo aparecer abalos menores que estavam dispersos e isolados. Diferentemente das análises que separam a esfera financeira da chamada economia real, pensamos, com Marx, que as razões da crise atual devem ser buscadas nas contradições que operam no coração do mundo do capital. A dupla existência da mercadoria, em valor de uso e de troca, é portadora da possibilidade de sua cisão, da mesma forma que a relação intrínseca entre produção e circulação e as suas disjunções no espaço e no tempo.

Portanto, como condição de existência, o capital tende à arritmia, a um desequilíbrio lógico, tal como Marx mostrava nas *Teorias da mais-valia* e em *O Capital*. Essa disjunção da unidade da mercadoria e da relação entre produção



e consumo encontra prolongamento na separação entre lucro e juros, entre capital funcionante e capital portador de juros, no momento da repartição da mais-valia socialmente produzida. Para extrair mais-valia, é necessário vender, e o poder de compra também é achatado, tendo em vista uma maior extração de mais-valia, engendrando novas contradições. O crédito pode alimentar a renovação do ciclo, mas esse processo também encontra seus limites, caso a cadeia de pagamento aos credores sofra algum abalo. O capital portador de juros e seu *partner*, o capital fictício, são as expressões mais alienadas e mais características do capital, constituindo-se nas formas mais aparentemente autônomas do processo metabólico do capital.

A superacumulação, que implica excesso de liquidez de capital na forma de dinheiro ou nos “papeizinhos”, como diz ironicamente Marx, em *O Capital*, é o anúncio da crise. Assim, “saturação do mercado (superprodução) e superacumulação do capital são o verso e reverso de um mesmo fenômeno” (Bensaïd, 2009, p. 13) e, quando se encontram no espaço e no tempo, produzem cataclismos. A fixação do capital em várias formas, mas especialmente no capital portador de juros e sua expressão mais fantasmática, o capital fictício, tende a mascarar a dificuldade estrutural da reprodução social. A ação do Estado, por meio do fundo público, passa a operar, de forma crescente e estrutural, para amortecer a espiral da crise, a partir das suas múltiplas intervenções.

A CRISE ATUAL É ESTRUTURAL: TEMPOS DE CAPITALISMO DECADENTE

O capitalismo do pós-guerras no século XX, viveu seus trinta anos de “glória”, de crescimento fundado no fordismo-keynesianismo (Harvey, 2003; Behring & Boschetti, 2006), e que geraram uma mais-valia monumental, boa parte dela apropriada, na repartição, na forma de juros, pelo mundo da finanças. Tivemos a viragem do ciclo para uma onda longa com tonalidade de estagnação, a partir do final dos anos 1960, e mais intensamente após o



efeito catalisador (Mandel, 1982 e 1990) produzido pelo detonador da crise do petróleo de 1973-1974, principal fonte de energia neste capitalismo fóssil, e pela ruptura unilateral dos acordos de Bretton Woods, impondo o dólar como moeda forte no mercado mundial. Já a partir dos anos 1980, temos uma monumental reação burguesa à queda das taxas de lucro e ao novo ambiente econômico de estagnação, conduzida pelos detentores de capital na forma monetária. O imenso capital acumulado nos chamados “anos de ouro” se tornou capital de empréstimo, via crédito, e de investimento externo direto (IED), ainda que, em muitas situações, não crie ativos novos, mas opere, pelo mundo todo, mudanças de mãos da propriedade (como sinalizamos, com Marx, nas linhas anteriores), concentrando-a mais que nunca, inclusive pelo mecanismo das privatizações (Chenais, 1996; Behring, 2003). Todo esse processo foi estimulado pela desregulamentação dos mercados orientada pela ortodoxia neoliberal, essa “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016).

Bensaid analisa que o capital não sabe prosperar indefinidamente a crédito (2009, p. 19). Qualquer ameaça mais consistente de não cumprimento das obrigações assumidas inicia a cadeia de falências e concordatas, pelas dívidas acumuladas e aumentadas pela sanha insaciável dos juros, a parte do butim dos banqueiros, acionistas, e dos especuladores detentores de títulos, como se viu em 2008/2009. Essa profunda e endêmica debacle recente, se iniciou justamente com a disjunção entre compra e venda, pela interveniência do crédito na venda de moradias - a questão imobiliária nos EUA -, automóveis e bens de consumo durável, com prazos e juros além do poder de compra em médio prazo. O crédito movimentou aparentemente a produção estagnada na viragem do ciclo, mas como uma folia de curto prazo, e antes do advento desse seu momento violento, generalizado e agudo, já no primeiro decênio do século XXI.

Como tendência que se impõe e se torna visível pela sua negação ou por suas causas contrariantes (Marx, 2007; Behring, 2021), a reação burguesa à tendência de queda da taxa de lucro desde os anos 1970, se deu, portanto, por meio dos seguintes expedientes: aumento da exploração do trabalho pela reestruturação produtiva e pressão sobre os salários, combi-



nada à expropriação de direitos (Fontes, 2010; Boschetti, 2018), na busca pela ampliação da taxa de mais-valia; pelo movimento predatório imperialista, que permite explorar o diferencial de produtividade do trabalho e baixar os custos das matérias-primas, reprimarizando fortemente as exportações de alguns países, tendo em vista as suas vantagens comparativas e a sustentação no mercado mundial, como é o caso do Brasil (Katz, 2016; Osório, 2014), instituindo, assim, um novo padrão de reprodução do capitalismo, neocolonialista, e que aprofunda a dependência (Marini, 2005); pela aceleração da rotação do capital, açãoando a publicidade, o marketing, o crédito, a gestão ótima dos estoques de mercadorias, a obsolescência planejada das mercadorias, o que remete ao debate sugerido por Mészáros (2002) acerca da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, movimentos estes que buscam compensar a baixa da taxa de lucro pelo aumento de sua massa (Bensaïd, 2009, p. 25); pelo incremento da intervenção estatal, via constituição e alocação do fundo público, socializando as perdas, redirecionando as despesas, realizando renúncia fiscal e desencadeando uma série de outras medidas para o capital, bem como, com centralidade, fortalecendo a indústria de armamentos (Behring, 2021).

Esse conjunto de medidas contrarreformistas, no entanto, não foi capaz de se contrapor à eclosão da terceira maior crise generalizada do capitalismo em 2008-2009, ainda que tenha produzido um crescimento espetacular da desigualdade de renda e patrimônio mundo afora, como vimos acima. Houve queda significativa do peso dos salários na renda nacional da maioria dos países, no mesmo passo do crescimento da concentração da riqueza. O ritmo da rotação mantido nos últimos anos pelo mecanismo do crédito, por vezes irresponsável e até criminoso, caiu e mostrou que não é eterno. Quando a crise advém, revela sua natureza real de uma crise latente de superprodução, escamoteada pelo incremento do crédito, o que fez com que muitos a caracterizassem como crise das finanças, como se o mundo das finanças fosse uma forma desviante do capitalismo, e não uma forma essencial.

As saídas do momento agudo da crise passaram visceralmente pelo fundo público, com o aumento das dívidas públicas dos Estados para



cumprirem seu papel monumental de “almofadas amortecedoras” (Mandel, 1978). Mesmo assim, é possível afirmar que essa injeção de trilhões de dólares, euros e reais na economia mundial (e nacional) não conteve os elementos de crise, a ponto de gerar um novo ambiente de crescimento econômico. Permanecemos na onda longa com tonalidade de estagnação, que se tornou ainda mais dramática em razão da pandemia de 2020, ao interromper a rotação - as metamorfoses do capital -, em razão da elevada queda do emprego, da renda e do consumo, e radicalizada em função das expressões e tendências debatidas na primeira parte deste texto. A hecatombe de 2008-2009 tratou de mostrar as reservas dos Estados e sua disponibilidade para salvar as instituições bancárias e algumas empresas. No entanto, a crise continuou pelo forte endividamento dos Estados, que lançaram planos de austeridade e punção fiscal sobre os trabalhadores para se sustentarem, com um custo social altíssimo, e com baixo contraponto na forma das políticas sociais setorizadas e focalizadas, além da sua mercantilização direta, à imagem e semelhança do neoliberalismo.

Vejam, para os intelectuais liberal-burgueses mais ortodoxos, a crise é uma espécie de “lipoaspiração” do sistema capitalista, um ajuste inevitável advindo dos mecanismos naturais do mercado, ao qual se sucederá a recuperação do equilíbrio, tendência na qual os liberais depositam sua fé inabalável desde a Lei de Say, conhecida como a lei da oferta e da procura. Para tanto, é fundamental que haja redução de custos – nas empresas e, especialmente, no Estado – e todos façam o seu dever de casa, a “sua parte de sacrifício”. Sim, porque a crise, para este ponto de vista, é de todos, e a saída exige o engajamento e a colaboração de todos também, o que confirma as importantes e atuais teses de Mota (1995) acerca de uma *cultura da crise*.

Para os keynesianos e variações, a crise é de falta de regulação, como se a desregulamentação tivesse sido uma espécie de capricho, de revanche liberal irresponsável. O processo de desregulamentação, de fato, permitiu, com o ascenso dos neoliberais, a presença de investidores gananciosos e inescrupulosos, exponenciando o capital fictício e a concessão irresponsável de créditos, em especial os empréstimos *subprime* para casa própria de assala-



riados de baixa renda: as chamadas hipotecas tóxicas. Então, nessa perspectiva, a crise seria de excesso de crédito sem escopo por parte dos devedores, gerando inadimplência e incapacidade dos bancos e instituições financeiras de sustentarem essa grande oferta em condições de inadimplência. A saída da crise estaria, portanto, condicionada a fortes doses de regulação, o que Katz (2008) chama de “fantasia da regulação”.

A hipótese explicativa da crise atual e estrutural que subscrevemos tem seus fundamentos na tradição marxista. Nessa perspectiva, a crise não é uma disfunção, nem um problema de regulação, mas é parte constitutiva do movimento contraditório do capital. Estamos, pois, mergulhados(as) nos últimos quarenta anos nessa dinâmica, com recuperações breves, mas em meio a uma tendência geral de baixo crescimento e saídas destrutivas (Mészáros, 2002). Houve a grandiosa reação burguesa desencadeada por meio de vários ataques ao trabalho, tais como: a combinação entre reestruturação produtiva acompanhada da quebra da espinha dorsal do movimento da classe trabalhadora acima e abaixo da linha do Equador; o neoliberalismo, com a contrarreforma do Estado por via dos chamados ajustes estruturais; a mundialização do capital, com a deslocalização de empresas para reduzir os custos da produção e o valor da força de trabalho, o deslocamento do investimento externo direto, a política concentradora de patentes e o espalhar de relações capitalistas pelos antigos espaços do “socialismo real”, a partir de 1989. No entanto, dado o caráter estrutural de uma crise que aponta os limites históricos e sociais do modo de produção capitalista, tais saídas se mostraram ineficazes e fortemente destrutivas da natureza e da humanidade. Pois, se a reação burguesa propiciou alguma retomada das taxas de lucro, não houve a retomada das taxas de crescimento, ou seja, não adentramos num ciclo virtuoso de crescimento do emprego e da renda, hipótese que parece cada vez mais distante. Por outro lado, a retomada das massas de lucro deu-se a partir de uma dinâmica de excesso de liquidez de capitais, ou seja, azeitando as instituições financeiras, sem dúvida as que mais se beneficiaram desse processo. Esses grandes volumes de capitais não encontram caminhos de valorização, embora os busquem desesperadamente e com rentabilidade máxima, no contexto de um capitalismo tóxico, nos termos de Husson (2009).



Evidentemente, há resistências operando no âmago dos processos que buscamos analisar, já que o capital é uma relação social, como reitera Marx em inúmeras passagens de sua obra. O valor é efetivamente determinado pela condição geral da luta de classes. Outros textos deste curso tratarão dessa dimensão. Temos vivido tempos de defensiva da classe trabalhadora. No entanto, a “velha toupeira” pode emergir de forma abrupta e inesperada, vencendo o medo e realizando sínteses que nos permitam pensar em um mundo humanamente emancipado, liberto da lógica que coloca o lucro acima da vida.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Como você percebe os sintomas da decadência do capitalismo em seu trabalho profissional?

2. O capitalismo é um modo de produção e reprodução que tende à arritmia. Porém, dos anos 70 do século XX aos dias de hoje, vivemos uma crise estrutural. Comente com suas palavras essa afirmação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BARRETO, Eduardo S. **Ecologia Marxista para Pessoas Sem Tempo**. São Paulo: Usina Editorial, 2022.

BBC BRASIL. **Os gráficos que mostram como Terra atingiu ‘linha vermelha’ de aquecimento em 2024**. [s. l.], BBC News Brasil, 10 janeiro 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czj3yemo97po>. Acesso em: 14 jun. 2025.



BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, Valor e Política Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em ContraReforma:** Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** Fundamentos e História. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BENSAID, Daniel. Préface de Daniel Bensaïd. In: MARX, Karl. **Les Crises Du Capitalisme.** Texte inédit. Paris: Éditions Demopolis, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e Direitos no Capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2018.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **Les Dettes Illégitimes: quand les banques font main basse sur les politiques publiques.** Paris: Ed. Raisons D'Agir, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe:** a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo:** teoria e história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.

GAYRAUD, Jean-François. **Le Nouveau Capitalisme Criminel:** crises financières, narcobanques, trading de haute fréquence. Paris: Odile Jacob, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 7^a edição. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.



HUSSON, Michel. El Capitalismo Tóxico. In: **Revista Herramienta**. N.º 41. Buenos Aires: Herramienta Editorial, 2009

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2016.

KATZ, Cláudio. Lección acelerada de capitalismo. In: **Rebelión**. [s. l.]: 4 de outubro de 2008.

KEHL, Maria Rita. **O Tempo e o Cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. 3^a Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

D'ASSIS, Rodney; LENINE; VENEGAS, Julieta. Miedo. In: **Acústico MTV**. Intérpretes: Lenine, Julieta Venegas. Alfiz Producciones, 2006.

LOWY, Michael. Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecossocialista. In: **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea. [s. l.], v. 19, n. 48, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.60290.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Col. Os Economistas, Abril Cultural, [1972] 1982.

MANDEL, Ernest. **El Poder y el Dinero**. México: Siglo XXI, 1994.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Editora da UNICAMP e Ensaio, 1990.

MANDEL, Ernest. **Iniciação à Teoria Econômica Marxista**. Lisboa: Antídoto,



1978.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005.

MARX, Karl. **O Capital**: Livro III. São Paulo: Abril Cultural, [1895]2007.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomos I e II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **Les Crises Du Capitalisme**. Paris: Éditions Demopolis, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MENEGAT, Marildo. **A Guerra Não tem Paz**: estudos sobre o sentido violento e destrutivo do fetichismo do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editorial, 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: **Revista Temporalis**. N. 3. Brasília: ABEPSS/Graflne, 2001.

NIEP Marx. **Marx e o Marxismo 2025**: O capitalismo do fim do mundo, a era da policrise. Disponível em: <https://niepmarx.blog.br/programacao-mm2025/>. Acesso em: 14 de jun. 2025.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.



OXFAM. **Às Custas de quem:** a origem da riqueza e a construção da injustiça no colonialismo. [s. l.]. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/captacao-davos-2025-obrigado>. Acesso em: 14 de jun. 2025.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Livros

BARROS, D. **O Que é Identitarismo?** São Paulo: Ed. Boitempo, 2023. . (livro citado pela professora na Aula 1; não está disponível online)

MATTEI, C. **A Ordem do Capital. Como Economistas Inventaram a Austeridade e Abriram Caminho para o Fascismo.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2023. (livro citado pela professora na Aula 1; não está disponível online)

MAURIEL, A. P. O; Kilduff, F; Silva, M.M; Lima, R.S (org.). **Crise, Ultraneoliberalismo e Desestruturação de Direitos.** Uberlândia-MG: Editora Navegando, 2020. <https://www.editoranavegando.com/livro-crise-e-ultraneoliberalismo>

NOZAKI, H.T. **A Crise do Capital em Marx. O Debate Contemporâneo entre os Marxistas,** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/12/NOZAKI_9786589512097.pdf

URBÁN, M. **Trumpismos. Neoliberais e Autoritários: Radiografia da Direita Radical.** São Paulo: Editora Usina, 2025. (livro citado pela professora na Aula 1; não está disponível online)

Artigos Científicos



BEHRING, E. R. (2023). **Capitalismo em crise e projetos para um Brasil em turbulência.** Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea, 21(51), 28–43. <https://doi.org/10.12957/rep.2023.72461>

BEHRING, E. R. (2015). **Ernest Mandel: imprescindível.** Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, 13(35), 37–64. <https://doi.org/10.12957/rep.2015.18621>

CIPOLLA, F. P. (2018). **Genealogia das teorias marxistas de crise.** Revista Nova Economia, 28 (01) • Jan-Apr 2018. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3476>

FIRMIANO, F. D. **A crise civilizatória do capital, a América Latina e o Serviço Social.** Revista Serviço Social e Sociedade. v. 147 (3), 2024. <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DfQdGBchp8s953tG9Kjx7SF/?lang=pt#>

LÖWY, M. (2021). **Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecosocialista.** Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea, 19(48). <https://doi.org/10.12957/rep.2021.60290>

SILVA, M. G.; ARAÚJO, N. M. S. **Questão ambiental, capitalismo dependente e serviço social: apontamentos para um debate urgente.** Revista Serviço Social e Sociedade. v. 148(2), 2025. <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/KM4BkM7vnjRkmLJdFt5xG3g/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, J. F. S. **América Latina: capital e devastação social.** Revista Katálysis, v.24 n. 1, 2021. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/74788/45904>

MIRANDA, I. L. L. S.; CASTRO, M. S.; SEVERINO, M. P. S. R. S.; ASSIS, R. L. M. **Contrarreforma do Estado e disputa pelo fundo público: reflexões no Brasil contemporâneo.** Revista Em pauta. 57, Rio de Janeiro, 2024. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/88446>

Vídeos/Conferências/Debates



Elaine Behring | Golpe, Estado e crise política | Prelúrio #4
<https://www.youtube.com/watch?v=7AX3J4PIRH0>

Chico de Oliveira, Mészáros, Therborn e Beinstein | Crise do capital e perspectivas do socialismo
<https://www.youtube.com/watch?v=VPvIJbF3yVo>

Mauro Iasi. Brasil em disputa: as três crises e os interesses de classe
<https://www.youtube.com/watch?v=T6zpMASbcnY>

Rita Von Hunty. Especial Karl Marx #04: Crise Cíclica do Capital
<https://www.youtube.com/watch?v=oTTPGaYU2jk>

Thiago Ávila. Rede Sul Global. Emergência Climática e Aquecimento Global - Greve Global pelo Clima
<https://www.youtube.com/watch?v=n-gXaB36YsA&t=931s>

Virgínia Fontes. Catástrofe ambiental e a lógica capitalista
<https://www.youtube.com/watch?v=qBGvo3felYc>

Ana Paula Salviatti, Arlindo Rodrigues, Luiz Marques e Michael Löwy. Marxismo, capitalismo e ecologia. Lançamento Revista MARGEM ESQUERDA #42
<https://www.youtube.com/watch?v=39YVvpCx4CY>

Sites e Páginas Informativas

BBC BRASIL. Os gráficos que mostram como Terra atingiu ‘linha vermelha’ de aquecimento em 2024. [s. l.], BBC News Brasil, 10 janeiro 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czj3yem097po>

A TERRA É REDONDA. Godin, R. Bem-vindo ao mundo da “policrise”.



Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/bem-vindo-ao-mundo-da-policrise/>

ESQUERDA ONLINE. As cinco crises estruturais do novo período histórico. <https://esquerdaonline.com.br/2023/12/13/as-cinco-crises-estruturais-do-novo-periodo-historico/>

Filmes

Até a última gota. Dir. Tyler Perry, 2025. (Netflix)

Entre dois mundos. Dir. Emmanuel Carrère, 2025. (Prime Vídeo)

O Último Pub. Dir. Ken Loach, 2023. (Prime Vídeo, Apple TV)

Seaspiracy: Mar Vermelho, 2021. Aventura/Documentário (Netflix)

Parasita. Dir. Bong Joon-ho, 2019. (HBO Max)

Série Succession, 2018. (HBO Max e Amazon Prime Vídeo)

Eu, Daniel Blake. Dir. Ken Loach, 2016. (Prime Vídeo)

Série 3%, 2016. (Netflix)

Cowspiracy: O Segredo da Sustentabilidade. Dir. Kip Andersen e Keegan Kuhn, 2014. Documentário (Netflix)

Catastroika. Dir. Aris Chatzistefanou e Katerina Kitidi, 2012. Documentário. (MUBI)

Dividocracia (Debtocracy). Dir. Aris Chatzistefanou e Katerina Kitidi, 2011.



Documentário. (Libreflix, YouTube) (citado pela professora Elaine na Aula 1)

Trabalho Interno: a verdade da crise (Inside Job). Dir. Charles Ferguson, 2010. Documentário. (Prime Vídeo)

O Corte. Dir. Costa-Gavras, 2005. (Prime Vídeo)







« DISCIPLINA 1 »
TENDÊNCIAS MUNDIAIS DA CRISE DO
CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA

« AULA 2 »
**Crise da democracia burguesa
e avanço mundial da extrema
direita**
« Ana Elizabete Mota »



CRISE DA DEMOCRACIA BURGUESA E AVANÇO MUNDIAL DA EXTREMA DIREITA

Ana Elizabete Mota

INTRODUÇÃO

Este ensaio problematiza a crise do regime democrático no âmbito da reação burguesa à crise do capitalismo, expressão da relação entre os imperativos da acumulação capitalista e as contradições da democracia liberal. Envolve as estratégias de dominação burguesa e a luta das classes trabalhadoras e subalternas, por direitos e igualdade no acesso à riqueza socialmente produzida. Destacamos que a composição das classes subalternas implica relações de exploração e opressões de gênero, raça, etnia e sexualidades, razão das lutas incorporarem particularidades relativas à diversidade de composição dessas classes.

A partir da segunda metade do século XX, com o aprofundamento da crise do capital iniciada nos anos 1970 e potencializada nos anos 2000 do século XXI, emergem claras sinalizações da crise do regime liberal democrático, determinadas pela crescente blindagem às pressões das classes trabalhadoras (Demier, 2017, 2019, 2024) e pela tendência de “desdemocratização” do regime democrático (Streeck, 2018, p. 55), (Miguel, 2020, 2022). Nessa contextualidade, destacamos que a “democracia adaptada ao mercado” (Streeck, 2023, p.32-33) tem suas regras redefinidas pela agenda neoliberal que requer novos ordenamentos, escancarados pela ofensiva da extrema direita.

Nesse processo, identificamos a emergência de conservadorismos de novo tipo, assim como uma ressignificação dos *modus operandi* da democracia burguesa, mediados por ideologias neofascistas (Badaró Matos, 2020) e medidas de austeridade contrarreformistas e ultraneoliberais. Ao final do ensaio destacaremos o peso da formação de culturas e sociabilidades con-



servadoras, suas inflexões na democracia liberal do século XXI e os desafios ao seu enfrentamento.

A REAÇÃO BURGUESA À CRISE DO CAPITAL E O REGIME DEMOCRÁTICO-LIBERAL

Consolidado no pós-Segunda Guerra Mundial, o regime democrático-liberal adquiriu particularidades nos países centrais e periféricos, mediadas pelo desenvolvimento do capitalismo, pela desigualdade social que lhe é inerente e pela luta social das classes trabalhadoras e subalternas por direitos civis, sociais e políticos.

Contemporaneamente, o exercício e a compreensão da democracia adquirem significados deshistoricizados, posto que destituídos de uma visão crítica e, por vezes, restritos às formas de atuação dos governos, à independência dos poderes e à existência do sufrágio universal. Poderíamos dizer que o debate e as visões correntes imprimiram à concepção de democracia uma dimensão instrumental, apartando-a da relação entre dominação, exploração e subordinação, inerentes ao capitalismo e suas expressões na atual dinâmica econômica e ideopolítica deste século.

Há um reconhecimento generalizado da crise da democracia liberal, ainda que as abordagens sejam distintas na ciência política clássica e no pensamento neofoucaultiano, como discorrem Miguel (2018, 2022), Matos (2017, 2020), Demier (2016, 2017, 2024), além das reflexões de Carlos Nelson Coutinho, particularmente sua publicação de 1980, no período da luta contra a ditadura e desmonte do regime soviético, com o ensaio *A democracia como valor universal* (Coutinho, 1980).

A abordagem aqui adotada é de que o regime democrático liberal e a chamada democracia eleitoral são resultantes da luta entre as classes fundamentais; contudo, dialética e contraditorialmente, enquanto a classe



proprietária e dominante tende a apropriar-se e adaptar a cultura e os institutos democráticos aos seus interesses, as classes populares resistem e lutam para conquistar, assegurar e expandir os seus interesses e direitos. Portanto, falar em crise da democracia significa invocar a dinâmica capitalista, a luta de classes, a correlação de forças existente no âmbito da relação entre domínio e resistência. Trata-se de um regime no qual a dominação política de classe é resultado de um processo histórico tenso, conflitivo e marcado por disputas de classe.

A conjuntura que se arrasta desde a segunda metade da década de 1970 do passado Século, de crise capitalista e restauração dos mecanismos de acumulação (Braga, 1996), situa-se numa processualidade que Gramsci¹ qualificou de crise orgânica, na qual o imbricamento das dimensões econômicas, ideopolíticas e culturais incidem sobre a direção da burguesia, expondo contradições relacionadas à hegemonia dos dominantes (Demier, 2024). Processo que permite identificarmos renovadas estratégias de dominação burguesa, amparadas emergência de *novos tipos* de conservadorismos e no modus operandi da democracia liberal (Mota; Rodrigues, 2020; Demier, 2024; Miguel, 2022). Seus protagonistas são frações da classe dominante que se pretendem dirigentes na própria classe e em todas as classes, para tornar o seu projeto universal, orgânicos à direita e à extrema direita, particularmente vinculadas ao capital financeiro e rentista (mas não somente), no âmbito das relações de produção e reprodução social. Em outras palavras, investem em pautar a sociabilidade e condições de vida dos segmentos da pequena burguesia, dos médios assalariados e setores pauperizados e precarizados, subsumidos (formal e realmente) às relações de exploração, dominação e opressão das classes proprietárias.

Como abordado em outra ocasião (Mota, 2024), a despeito das qualificações históricas e teóricas que circulam nos meios acadêmicos e políticos

1 Uma das características da *crise orgânica* é a concomitância entre a crise econômica (de acumulação) e a emergência de uma crise política, determinada pelo acirramento dos conflitos entre as classes e, no seu interior, entre as frações de classe. Na concepção de Gramsci, essa *crise orgânica* afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para uma síntese do conceito: Cfe. Liguori; Voza, 2017, p. 162-164.



sobre a extrema direita – dentre elas, seu traços neofascistas à moda do século XXI, parece-me inconteste que sua ofensiva se espalha como ideologia e cultura antecivil, relacionada aos mecanismos (ofensivos ou de resistência) através dos quais, as classes sociais enfrentam a crise do capital, considerando suas posições e condições na dinâmica contraditória da sociedade, e que redefinem as práticas do regime democrático-eleitoral burguês. Dentre eles, a legitimação, por meio do escrutínio universal da eleição de líderes ultra-conservadores, o crescimento exponencial dos partidos da extrema-direita, como são exemplares os casos do Reino Unido, Alemanha, países Escandinavos, Itália, Portugal, França, Polônia, Hungria, Turquia, Índia e as eleições de Bolsonaro no Brasil e Trump nos Estados Unidos, qualificadas como expressão da vontade da maioria.

Nesse mesmo diapasão, destacamos as “novas” modalidades de golpes de Estado, as perseguições políticas a militantes de oposição, as restrições de direitos e liberdades, os cortes abruptos e desmonte dos serviços públicos e de políticas sociais, a guerra cultural anticomunista, antifeminista e o expurgo ideológico de servidores públicos, para citar alguns feitos. Mas o que chama especial atenção é a capacidade que têm de realizar tais façanhas por dentro da ordem, usando as regras existentes para possibilitar que a exceção se transforme no novo normal (Loff; Vieira; Guerra, 2021, p. 259), cuja ideia central é internalizar o que era considerado aceitável como inaceitável ou imponderável sob a cultura e prática de um permanente estado de exceção.

Evidente que, histórica e sistematicamente, a emergência das crises mobiliza estratégias classistas no seu enfrentamento e implica, invariavelmente, mecanismos e diretrizes atinentes à luta de classes. Na atualidade, para a burguesia, esse movimento materializa-se na defesa do neoliberalismo e da financeirização, como ideários econômicos e políticos expressos na centralidade do mercado, no apagamento dos controles sociais públicos e na supressão de bens e serviço públicos por força das privatizações e mercantilização. A principal diretriz é construir culturas e práticas “democráticas” ajustadas à liberdade dos mercados e dos sujeitos individuais.



Para as classes trabalhadoras e subalternas, as crises do capital – em face dos seus impactos no mundo do trabalho e na atuação do Estado, incidem, antes de tudo, sobre suas condições de vida, provocando ranhuras na cultura política que, pelo menos no Brasil pós-exaurimento da ditadura empresarial-militar, comportava lutas e reivindicações sociais por condições de trabalho, salários, direitos políticos, sociais e civis, educação, saúde e previdência públicas, bem como por sua gestão democrática das políticas.

A dimensão econômico-política e social dessas conquistas (particularmente novos direitos, serviços e financiamento público) podiam comportar, tendencialmente, características anticapitalistas, ao confrontar o genético antirreformismo da burguesia brasileira e obstaculizar a apropriação do fundo público, tanto em termos legais quanto constitucionais, definindo regras para o financiamento de políticas sociais (Mota, 1995); exatamente a antítese do que acontece com a austeridade fiscal, as contrarreformas e as medidas de exceção, tornadas, sem dúvidas, o novo normal da velha ordem.

Na atualidade, a fragmentação partidária, sindical e político-organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras afeta profundamente o campo das esquerdas: seja pela diversificação de pautas, ausência de unidade tática e estratégica, seja pela ressignificações teórico-política de valores, princípios, diretrizes e modos de vida, herdeiros dessa sociabilidade desdemocratizada e das muitas frentes da guerra cultural. E, mais ainda, mediadas pelo desalento e cansaço das classes subalternas na espera de mudanças que transformem seu cotidiano e suas condições de vida: nunca realizadas após as campanhas eleitorais.

Segundo Lukács (2013), o principal trunfo fascista para cooptação das massas “é a manipulação da ontologia do cotidiano” no contexto capitalista (Lukács, 2013, p. 561). Trata-se, sem dúvidas, do peso das categorias ideologia e reificação no processo de produção e reprodução social, tema fundamental nesse debate porque cultura e ideologia se constituem nos principais pilares que mediam, contraditória e dialeticamente, a relação entre a base material e as superestruturas jurídico-políticas, formadoras de institucionalidades e sociabilidades classistas.



Na ambiência do século XXI, a redefinição das bases materiais e culturais da sociabilidade requerida pelo capital, confronta-se diretamente com a direção progressista das lutas sociais, quer no horizonte da emancipação política (conquista democráticas e exercício de direitos), quer no das lutas libertárias e/ou anticapitalistas (dos e das trabalhadoras, dos e das ambientalistas, das feministas, das liberdades sexistas e antirracistas), operando inflexões em todas as esferas da vida - econômica, política, social, ambiental e cultural, ainda que não elimine contradições, nem resistências. Aqui reposho a ambiência da crise orgânica.

Nesse diapasão, pensadores diversos (Feierstein *et al.*, 2023) apontam a capacidade da nova direita de apropriar-se das insatisfações e desalentos dos jovens como um dos traços dessa investida mundial, que também se espalha no Brasil e demais países latino-americanos. Abordagem que nos facilita apontar determinações, concluindo, de acordo com a lição gramsciana dos Cadernos do Cárcere (p. 13), que a crise capitalista, teorizada como crise orgânica é uma determinação mediata da crise da democracia liberal. Supõe que um determinado padrão de dominação de classes foi abalado (não cancelado), a exemplo do Estado social, potenciada, certamente, pela fragmentação (estratégica/tática) das pautas e lutas sociais à esquerda, pelas radicais mudanças nos processos e relações de trabalho, pela dinâmica da financeirização, pelo realinhamento de forças políticas, derruição de lideranças e criação de outras.

OFENSIVA DA DIREITA E DESTRUIÇÃO DE CONQUISTAS CIVILIZATÓRIAS

Na sua fase gloriosa, o capitalismo necessitava da democracia para consolidar o pacto de classes do pós-guerra; na atualidade, ele desdenha da cultura democrática do pós-segunda guerra e apostar em novos arranjos da democracia-liberal ajustados às necessidades da acumulação financeirizada e aos mecanismos de austeridade, para contrarreformar o Estado, adotando, como universal, uma espécie de pensamento único: menos Estado social, mais



mercado, menos emprego, mais empreendedorismo, menos proteção e mais auxílios focais, menos consensos e mais coerção, com aderência a argumentos morais, conservadores e anti-intelectuais. As classes dominantes e seus prepostos, oferecem um sistema de crenças coerente o suficiente para dar suporte material e ideológico a segmentos das classes subalternas. Ou seja: mobilizam condições objetivas e subjetivas para sua passivização frente aos interesses materiais e políticos dos dominantes.

Segundo Wendy Brown (2019, p. 16-17), referindo-se aos países centrais e, particularmente, aos Estados Unidos e à Europa, é necessário compreender não somente as condições econômicas, mas as raízes e as forças da situação atual, determinantes da cultura política e da produção subjetiva neoliberais, que a geraram: a ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias, se “deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade” (Ibidem, p. 17).

As ideias conservadoras adquirem capacidade de mobilização de massas (nacionalismo, anticomunismo, anti-intelectualismo, militarismo, racismo, machismo, heterossexismo e religiosidade) e tendem a despertar motivações nos médios assalariados, profissionais liberais e segmentos das classes subalternas:

Por meio de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos, instituições educacionais, meios midiáticos e redes sociais (...) difundem e naturalizam capilarmente sua concepção do mundo e seus valores, constituindo (...) as trincheiras da dominação de classe (Casimiro, 2020, p. 23).

Traverso (2021, 2023, p. 17-27), afirma que a atual conjuntura se relaciona com as derrotas revolucionárias do século XX, com a governança neoliberal mundial e aposta em forças ditadas antissistêmicas e na aversão à



esquerda. Seu projeto é “nacionalista, antifeminista, homofóbico, xenófobo e alimenta uma clara hostilidade contra a ecologia, arte contemporânea e o intelectualismo” (Ibidem, p.23).

Para a feminista de esquerda, Judith Butler (2023), o eixo ideopolítico da extrema direita é o antifeminismo, dado que reconstitui o patriarcado e renega as denominadas políticas e teorias de gênero. Tem crescido em todo o mundo o pensamento conservador das igrejas católicas e evangélicas, sob a defesa da família tradicional.

Para Stefanoni (2021), pesquisador e periodista argentino, trata-se de uma direita que se apresenta como *rebelde* sob o discurso de pseudo práticas antissistêmicas, com a centralidade do discurso anticorrupção e da nova política. Essa rebeldia é um traço particular das estratégias da extrema direita: são rebeldes na forma, mas reacionárias no conteúdo.

Utilizando as categorias neofascismo e autocracia burguesa para tratar a extrema direita, particularizando a experiência do bolsonarismo no Brasil, Badaró Matos (2020), comprehende o neofascismo como uma ideologia portadora de traços fascistas que não são uma reprodução do fascismo da primeira metade do século XX.

Em resumo: a ofensividade da extrema direita incide na esfera econômica, sociocultural, ambiental e de costumes, sob uma suposta ameaça do comunismo e no combate moral e legal às lutas sociais contra todas as formas de exploração, discriminação e opressões originárias dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente das mulheres (a exemplo do aborto), dos jovens das periferias, das pautas étnico-raciais, sexistas, anticapacitistas, dentre outras.

Concordamos com Matos (2020, p. 79), quando diz que “é possível pensar que os neofascismos ganham fôlego, na média duração, com a crise social decorrente das políticas neoliberais do século XX e sua ascensão ganha novas dimensões após a crise capitalista global em 2008”.



A permeabilidade que esse conservadorismo reacionário tem junto às classes subalternas, permite-nos qualificá-lo como uma mediação do avanço da extrema direita e da crise da democracia-eleitoral. E isso não é casual: trata-se de um processo socialmente determinado, como tratou Jamerison Souza (2020, p. 78): “Em momentos de crise do capital, o conservadorismo termina por ganhar fôlego e expressão entre as classes dominadas e no senso comum, pois concentra esforços no sentido de dar vazão ao ressentimento generalizado entre as frações menores da pequena burguesia, dos trabalhadores e do lumpenproletariado, por meio da indicação abstrata de razões para a crise e as dificuldades práticas do cotidiano”.

São necessários elementos irrationais e uma visão fatalista e conformista da vida, para manter os sujeitos passivos e fiéis à ordem. Trata-se de valorizar o presente, sem pretensões futuras, apenas adaptadas às condições existentes, generalizando-se o medo do desemprego, o trabalho a qualquer custo, o fim do horizonte das aposentadorias, a convivência com a precariedade dos serviços públicos etc.

Assim, a prioridade é garantir a sobrevivência, afastando os sujeitos de quaisquer perspectivas mais amplas e significativas de ação e inserção política e social (Castro, 2021). A subjetividade da classe trabalhadora deve ater-se à sua sobrevivência imediata, ajustando-se – objetiva e subjetivamente – aos imperativos da sociabilidade capitalista. Paramentada pela consciência individual do consumidor (Mota, 1995) e do salve-se quem puder. Por vezes, negam a organização da classe trabalhadora e descuram da mobilização para os embates; embora, a precarização da sua vida possa atingir limites concretos da sobrevivência, ao ponto de insurgirem-se – desorganizada e espontaneamente – à ordem: do que é exemplar, as jornadas de junho de 2013, no Brasil. Assim como as exaustivas jornadas de trabalho à base da escala 6x1, atual objeto nacional de luta dos e das trabalhadoras brasileiras.

Nesse contexto, a categoria cultura da crise (Mota, 1995), trabalhada por mim como mediação de formas de ser e viver, parece explicitar a implementação de consensos objetivos e subjetivos que selam o nexo entre crise,



sociabilidade e constituição de hegemonia no interior das estratégias das classes dominantes e do consentimento das classes subalternas. Pode-se aventar que, nessa nova etapa da hegemonia burguesa, o neofascismo impõe novos elementos à essa cultura da crise em andamento no Brasil desde os anos 1990 e, com relativo êxito, consegue legitimar medidas e iniciativas que respondem positivamente à remoção de obstáculos à expansão do capital.

Constitutivo de hegemonia, esse ambiente permitiu que as necessidades da acumulação capitalista, justificasse a utilização de estratégias antide-mocráticas para implementar medidas de austeridade que incidem no mundo do trabalho e dos trabalhadores/as, nos mecanismos de proteção social públicos, no cotidiano e no senso comum das classes subalternas.

Ainda que, submetidos às expropriações de direitos, à mercantilização de serviços e a formas diversas de opressões, as classes subalternas ainda resistem contra a exploração, as condições de trabalho, o arrocho salarial, o racismo, o machismo, os assédios morais e no trabalho etc. Mas, vale dizer, somente em face da visibilidade pública e política que têm, suas pautas são reconhecidas ou suportadas no limite da ordem, inclusive através dos aparelhos privados de hegemonia.

Nesse sentido, as medidas de austeridade são uma mediação insuprímivel da crise democrática, dada a essência autoritária e antidemocrática do neoliberalismo como tratou Brown (2019, p. 41-59), ao discorrer sobre o pensamento de Friedrich Hayek. Não se pode menosprezar o potencial de capilaridade dessa cultura regressiva na sociedade brasileira (Mota, 2018), uma vez que seu discurso reacionário e de ódio converge com as particularidades de uma formação social marcada pela desigualdade social, pelo patrimonialismo, patriarcado, racismo, machismo, misoginia, homofobia e antirreformismo radical.

Essa contextualidade se presentifica, também, no atual governo brasileiro – um governo de coalizão, sem maioria no Congresso e que, no limite, representou a resistência ao neofascismo, na conjuntura de 2022, com a eleição de Lula da Silva e que ainda contém embriões dessa resistência



neofacista, mas com novas e complexas contradições de cunho neoliberal que requerem problematizações, identificação de dilemas e desafios. Isso porque, também no Brasil a tensão entre neoliberalismo e crise da democracia, apresenta-se nos arranjos econômicos, particularmente para cumprir com o pagamento dos juros da dívida pública, a ortodoxia do déficit público, os ajustes fiscais e isenções tributárias que atingem frontalmente o financiamento das políticas sociais.

De outra parte, a mediação da ofensiva da extrema direita e a fragmentação das esquerdas (partidos, sindicatos, movimentos), além da atuação da mídia corporativa, medeiam tais tensões. Sem descurar dos impactos da uberização do trabalho, das condições de vida e socialidade de jovens operários, autônomos e populações pauperizadas e sobrantes na formação da consciência política e organização coletiva.

O consentimento de parcelas das classes subalternas e trabalhadoras à agenda político-moral e econômica da direita, baseada no fundamentalismo religioso conservador, no ultraneoliberalismo e na moralização da sociedade, após mais de quatro décadas de neoliberalismo, não pode ser desprezível. Segundo Clara Mattei (2023), a maior vitória da austeridade não foi econômica: crescimento e pagamento das dívidas, mas política... aceitem a ordem do capital! Isso porque a burguesia monopolista necessita cada vez mais de contrarreformas, austeridade e expropriações para realizar a acumulação capitalista que, segundo a reflexão de Demier (2024), o crescimento do neofascismo representa a melhor expressão disso.

CONCLUSÃO

Do meu ponto de vista, o momento permite invocar uma célebre formulação gramsciana para qualificar o atual momento como de transição, no qual, o velho não morreu e o novo não nasceu. Explico-me: transita-se entre o espólio de um dado modo “de ser e viver” - a herança fordista-keynesiana (o



ethos da integração pelo trabalho e do Estado Social) que deve ser particularizada na periferia capitalista; e a peleja para parir o novo, que está encapsulado pelas novas determinações da acumulação (supercapitalização dos serviços, financeirização, apropriação do fundo público, mercantilização da esfera pública, uberização do trabalho e expropriações de toda ordem) sob a batuta da austeridade neoliberal, afetando diretamente o trabalho e os trabalhadores, a divisão social e internacional do trabalho e a eversão de mecanismos civilizatórios e de proteção social, numa avassaladora criação de meios e estratégias de exploração, expropriação e dominação que tem por objetivo a destruição de resistências político-organizativas das classes subalternas. O propósito é fazer as classes subalternas assumam como seus, os projetos da classe que os explora e domina – a construção de uma sociabilidade requerida pelo capitalismo do Sec. XXI: a democracia desdemocratizada (Miguel; Vitullo, 2020) (Streeck, 2018, 2023) e, numa outra abordagem, a democracia blindada, teorizada por Demier (2024).

Esses processos são atravessados pela pequena e grande política no âmbito da constituição da hegemonia das classes dominantes e da ressignificação das formas e conteúdo democráticos, que se apresentam sob um suposto novo modo de fazer política. Dá-se o esvaziamento político e material das conquistas civilizatórias, incidindo nos direitos trabalhistas, sociais e em medidas legais e institucionais de desregulação do Estado sobre os movimentos do capital, utilizando-se de meios que redefinem a instrumentalidade capitalista do regime político-democrático.

Esses meios, condições e estratégias têm tamanha incidência objetiva que, por vezes, conseguem tornar subjetivas a objetividade da ordem burguesa, afetando todas as expressões da sociabilidade que particularizam as atuais formas de ser e de viver das classes trabalhadoras e dos segmentos pauperizados nesta sociedade.

Articulada em escala transnacional desde o final da guerra fria, a direita ganhou amplitude e novas dimensões com a crise de 2008, criando outros meios de restaurar lucros capitalistas e avançando na implementação de políticas que operaram novas expropriações (Mota, 2018), ampliando a



pilhagem do fundo público (Behring, 2018) assim como a mercadorização do trabalho no setor público (Alison, 2022).

Avançou-se na supercapitalização, segundo a perspectiva mandeliana, com a criação de novos mercados à custa das privatizações, parcerias público/privadas com empresas, entidades de direito privado e/ou terceiro setor, por meio da mercantilização de bens e serviços originalmente públicos (educação, saúde, previdência, energia, extrativismo, comunicações), transformados em grandes negócios.

Essa conjuntura, marcada por iniciativas que atingem as condições de vida e o acesso aos meios de sobrevivência das classes trabalhadoras e segmentos pauperizados, revela a ofensiva do capital, levada a efeito pelas classes proprietárias e dominantes, em resposta aos seus interesses e necessidades, plenas de apelos ideológicos, culturais e religiosos. Utilizando-se de mídias corporativas, dos discursos das igrejas conservadoras e das fake news ocorre um verdadeiro espetáculo de mentiras, anti-intelectualismo, reacionarismo e comunicação popular. Uma espécie de contrarrevolução midiática e reacionária para atingir jovens, pequenos comerciantes, trabalhadores autônomos e segmentos médio-assalariados insatisfeitos.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Com base nas sistematizações e indicações do texto sobre a ofensiva da extrema direita mundial, identifique nas mídias (jornal, TV, blogs, redes, revistas) propostas e afirmações da extrema direita e relacione-as com aspectos abordados no texto. Importante observar suas vinculações com o neoliberalismo e os argumentos morais porventura existentes.

2. Com base na observação de fatos recentes, tais como eleições parlamentares, identifique aspectos da realidade que informam ou suportam o uso instrumental da democracia pelas classes dominantes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Alison C. **A mercadorização dos serviços sociais públicos:** tendências contemporâneas e inflexões no exercício profissional de assistentes sociais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, 2022.

BEHRING. E.R. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, I. (Org.). **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo, Cortez, 2018.

BRAGA, R. **A restauração do capital:** um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. Disponível em: https://tftk.iau.usp.br/wp-content/uploads/tainacan-items/2458/7972/BROWN_Nas-ruínas-do-neoliberalismo.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

BUTLER Judith. *¿Por qué el género provoca tantas reacciones em todo el mundo?* In: FEIERSTEIN, Daniel. et al. **La extrema derecha en América Latina.** Buenos Aires: Clave intelectual/Le Monde Diplomatique, 2023.

CASIMIRO, Flávio H. C. **A tragédia e a farsa:** a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTRO, M.R. **Conservadorismo e irracionalismo:** Bolsonaro enquanto reação do capital a sua crise estrutural. Trabalho & educação, v. 30, n. 4, p.33-49. 2021.

DEMIER, F. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. In: CISLAGHI J.F.; DEMIER, F. (Org.). **O neofascismo no poder (ano I).** Rio de Janeiro: Consequência, 2019. P.117-133.

DEMIER, F. **Depois do Golpe:** a dialética da democracia blindada no Brasil.



Rio de Janeiro, Ed Maud X, 2017.

DEMIER, F. **Crônicas do caminho do caos**: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

DEMIER, F. **Uma nota sobre a tal “crise da democracia” contemporânea**. Cisma, 5 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cismacritica.com.br/uma-nota-sobre-a-tal-crise-da-democracia-contemporanea/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MASCARELLO; REBELATTO; BOSCO. **A onda neoconservadora no cenário ocidental**: revisão histórica, social e política. Caruaru: Revista Interritórios/UFPE, 2024.

MATOS, M. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MATTEI, Clara. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

MOTA, Ana E.; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. In: **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, p. 199–212, 2020.

MOTA, Ana E. Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana E. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, I. (Org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo, Cortez, 2018.

MOTA, Ana E. Estado, lutas sociais e soberania política no contexto do avanço das direitas. Intervenção realizada no VII Seminário Internacional de Políticas Sociais (SIPS): **Desafios para a Política Social e a Democracia no Capitalismo Tardio**: tecnologia, corporações, desinformação e o avanço da



direita. FENATEC/UNB/PPGPS, julho, 2024.

SOUZA, Jamerson. **Tendencias ideológicas do conservadorismo**. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

STEFANONI, P. *¿La rebeldía se volvió de derecha?* Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2022.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

STREECK, Wolfgang. Un problema con la democracia. In: Daniel Feierstein et al. **La extrema derecha en América Latina**. Buenos Aires, Clave Intelectual/Siglo XXI Editores/Le Monde Diplomatique, 2023.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo**: populismo e a extrema direita. Belo Horizonte, Editora Âyiné, 2021.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Livros

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. Disponível em: https://tftk.iau.usp.br/wp-content/uploads/tainacan-items/2458/7972/BROWN_Nas-ruinas-do-neoliberalismo.pdf

SOUZA, J. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. São Paulo, Ed. Dialética, 2024 (livro citado pela professora na Aula 2; não está disponível online)

VAROUFAKIS, Y. **Tecnofeudalismo: O que matou o capitalismo**. São Paulo. Ed. 2025 (livro citado pela professora na Aula 2; não está disponível online)



Artigos e Capítulos de Livros

MARTINI V. & BOSCHERTTI, I. **A Decadência ideológica da burguesia no contexto brasileiro.** In SILVA, M. M; BITTENCOURT, J. B; Lopes, D. S. (ORG.) Capitalismo, crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho. Coleção José Paulo Netto – Volume 9. Uberlândia, Ed. Navegando, 2024. Disponível em https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_3ce8819ab2cb4c2f883fabb18a686a01.pdf

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** In Relações Internacionais no.73 Lisboa mar. 2022 Epub 31-Mar-2022. Disponível em https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992022000100025

VVAA. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política.** Lua Nova (116), Mai-Ago. 2022. Dossiê sobre Fascismo.
Disponível em <https://www.scielo.br/j/ln/i/2022.n116/>

Artigos em Páginas Eletrônicas ou Blogs

DEMIER, F. **Uma nota sobre a tal “crise da democracia” contemporânea.** Cisma, 5 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cismacritica.com.br/uma-nota-sobre-a-tal-crise-da-democracia-contemporanea>

FONTES, V. **O núcleo central do governo Bolsonaro – o proto-fascismo.** Esquerda Online, 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/08/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo/>

IASI, M. **A psicologia de massas do fascismo ontem e hoje: por que as massas caminham sob a direção de seus algozes?** Blog da Boitempo. 2018 Disponível em <https://blogdabotempo.com.br/2018/06/04/a-psicologia-de-massas-do-fascismo-ontem-e-hoje-por-que-as-massas-caminham-sob-a-direcao-de-seus-algozes/>

MELO, D. **15 livros para entender o fascismo.** Esquerda Online. Disponível



em <https://esquerdaonline.com.br/2018/10/10/15-livros-para-entender-e-combater-o-fascismo/#01revo>

VAROUFAKIS, Y. **O tecnofeudalismo está dominando.** IHU. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/634793-o-tecnofeudalismo-esta-dominando-artigo-de-yanis-varoufakis>

Vídeos/Conferências/Debates

Breno Altman. **O que é o Fascismo? - 20 Minutos História.** Ópera Mundi. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LVuMFTU2iig>

Marcelo Badaró Mattos. **Governo Bolsonaro: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.** Conversas de Formação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GIMp3HI8vks>

Rita Von Hunty. **O capitalismo é livre e democrático?** - ABC do Socialismo #03 Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=m6EOnOO_O_8

Virgínia Fontes. Extrema direita dominou o mundo? Programa 20 Minutos. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WUoURy9MmlQ>

Sites e Páginas Informativas

BRASIL DE FATO. **O avanço da extrema direita e do conservadorismo ao redor do mundo.** Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/13/o-avanco-da-extrema-direita-e-do-conservadorismo-ao-redor-do-mundo/>

CAFÉ BOLCHEVIQUE, com Mauro Iasi. **Coluna mensal com**

análise de conjuntura. Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLHiE8QPap5vRy3cfr4abgaTE2oUkrFEdt>

CFESS. Nossa Democracia pulsa em Conjunto. CFESS Manifesta socializado no Encontro Nacional CFESS/CRESS em setembro/2025, que aborda a Radicalidade Democrática. Disponível em https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5351/xMHAYla4WRJpPM_qDbagrUV8kbVNuhxB.pdf

EBC. Representante da ONU alerta sobre crescimento da extrema direita. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-07/representante-da-onu-alerta-sobre-crescimento-da-extrema-direita>

ESQUERDA ONLINE. Ascensão da extrema-direita: por que justamente agora? Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2024/09/12/ascensao-da-extrema-direita-por-que-justamente-agora/>

ESQUERDA ONLINE. É preciso travar a guerra cultural contra a extrema direita. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2025/06/05/e-preciso-travar-a-guerra-cultural-contra-a-extrema-direita/>

ESQUERDA ONLINE. Especial “Avanço da extrema direita na Europa”. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2025/09/28/especial-avanco-da-extrema-direita-na-europa/>

JORNAL DA USP. Ascensão da extrema direita no mundo reflete crise da democracia. DISPONÍVEL EM <https://jornal.usp.br/radio-usp/ascensao-da-extrema-direita-no-mundo-reflete-crise-da-democracia/>

TEMPERO DRAG. Rita Von Hunty . <https://www.youtube.com/@TemperoDrag>



Filmes

“A Democracia Resiste”. Julia Duailibe e Rafael Norton. Globoplay, 2024

“Decodificando a Extrema Direita”. Michel Gherman. Youtube, 2024 Em <https://www.youtube.com/watch?v=qpP3w34gZdM>

“The Rise of the Nazis”. Série documental, BBC, Youtube, 2019-2023 Em <https://www.youtube.com/watch?v=57jf2Sy9QBY>

“Democracia em Vertigem”. Petra Costa, Netflix, 2019

“White Right: Meeting the Enemy”. Entrevistas da jornalista Deeyah Khan com líderes neonazistas e nacionalistas brancos nos EUA e Europa, Netflix, 2017

“A Onda” (Die Welle). Amazon Prime Video, 2008

“Olga”. Jayme Monjardim. Prime Video, 2004

“O Ovo da Serpente”. Ingmar Bergman, Youtube, 1977. Em <https://www.youtube.com/watch?v=nll9el7l7zo>

“Novecento (1900)”. Bernardo Bertolucci. Prime Video, 1976

“Amarcord”. Frederico Fellini. HBO Max, 1973





« DISCIPLINA 1 »
TENDÊNCIAS MUNDIAIS DA CRISE DO
CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA

« AULA 3 »
**Impactos ideopolíticos da
crise na organização
dos movimentos populares e
nos projetos societários**
« Marcelo Braz »



IMPACTOS IDEOPOLÍTICOS DA CRISE NA ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES E NOS PROJETOS SOCIETÁRIOS

Marcelo Braz

A DINÂMICA DA CRISE, A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA E A BARBÁRIE CONTEMPORÂNEA

É a dinâmica da crise que engendra determinados impactos que influenciarão os rumos dos projetos societários e, a partir deles, das organizações políticas ligadas aos segmentos populares. Sendo a crise o determinante, é preciso retomar o debate sobre ela.

Para tanto, consideramos os seguintes pressupostos: a) o modo de produção capitalista, desde a vigência de seu derradeiro estágio monopolista, alcançou seu pleno desenvolvimento que não mais oferece possibilidades civilizatórias e vem aprofundando a sua contradição central fundada no choque entre as relações sociais de produção (que têm a ver com o regime de propriedade dos meios de produção fundamentais e da riqueza socialmente produzida) e o desenvolvimento das forças produtivas - que resulta de processos de trabalho que põem em ação a força de trabalho (que é a força produtiva ativa) e os meios de produção fundamentais (os meios de trabalho e o objeto de trabalho). O aprofundamento da apropriação privada dos meios de produção e da riqueza social tem travado cada vez mais o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, especialmente em seu sentido civilizatório; b) a natureza tardo-periférica (própria de um desenvolvimento tardio na periferia do capitalismo) do Brasil não coloca nenhum óbice ao desenvolvimento dos traços deletérios do capitalismo entre nós, antes os potencializa, pois que se combinam com as heranças arcaicas - oriundas do passado colonial, da escravização do trabalho, da prevalência de classes dominantes retrógradas - que persistem no país; c) vivemos uma quadra contrarrevolucionária que se expressa na dificuldade de expansão de



um projeto societário alternativo capaz de alcançar as massas trabalhadoras, ainda que as lutas de classes continuem a produzir, não sem dificuldades, novas formas de organização política dos variados segmentos que compõem a diversa classe trabalhadora. Este último pressuposto, por conta do tema deste texto, é de suma importância para nós.

É absolutamente imperioso que recuperemos, aqui, um aspecto central que está presente no debate sobre a crise, por ser ele um eixo fundamental para as nossas pretensões. Ele diz respeito ao caráter da atual crise. A sua relevância se deve ao fato de não estarmos diante de apenas mais uma crise, uma vez que suas consequências não são meramente conjunturais e seus impactos, que não se limitam a aspectos ideopolíticos, alcançam o conjunto da vida social.

Estamos a viver uma crise insuperável, como bem definiu o francês François Chesnais (2003). Isso significa dizer que o capital já não consegue mais encontrar mecanismos capazes de afastar os vetores principais que vêm reiterando, desde os anos 1970, as conjunturas de crise, intervaladas por espasmos de crescimento. Tal quadro tem acentuado o caráter destrutivo da produção capitalista, de modo que o metabolismo social, comandado pelas forças do capital, faz predominar, de uma maneira incomparável, tendências altamente destruidoras da exploração da natureza, que concorrem até mesmo para criar sérios obstáculos à própria reprodução da vida social.

Esgotaram-se os mecanismos estruturais de autorregulação do sistema sócio metabólico do capital, uma vez que o caráter permanente da crise sobressai em detrimento da sua forma cíclica de se expressar, o que vem conferindo à crise um caráter estrutural e rastejante, como denominou Mészáros (2002). É por isso que a atual crise é também uma crise civilizatória que aponta para uma profunda decadência generalizada, e não apenas ideológica, da ordem burguesa, o que significa dizer que a barbárie é a resultante do capitalismo contemporâneo. Mas como vem ocorrendo a barbarização da vida social em nossos tempos?



Ela se expressa nas guerras entre países dominantes em torno da partilha territorial e econômica do mundo e nas agressões bélicas realizadas pelas grandes potências imperialistas, que atentam contra a autodeterminação dos povos e a soberania de diversas nações; no fortalecimento de medidas que edificam, em lugar de um Estado de bem estar social, uma espécie de “Estado Penal” (Wacquant, 1999) que se viabiliza por meio de uma guerra civil, aberta ou velada, que marca os grandes centros urbanos, cujas populações são vitimadas e enganadas por argumentos em torno da segurança “pública”, por políticas de militarização crescente da vida social, que ampliam as forças policiais e criando um mercado de segurança privada cujos negócios são altamente lucrativos. Em meio a esse estado de guerra permanente, cresce o encarceramento das chamadas “classes perigosas”, quer dizer, daqueles contingentes que formam as colunas do exército industrial de reserva, que vivem o desemprego recorrente, a precarização dos meios de vida, a ruptura dos vínculos de sociabilidade, o que, no Brasil, envolve principalmente homens e mulheres negros e pardos. Entre eles, os mais jovens, que são objeto de políticas de extermínio por parte das chamadas forças de “segurança”.

A barbárie se verifica também, como já foi dito, na produção destrutiva que exaure os recursos naturais e altera perigosamente o funcionamento metabólico da natureza, o que tem se evidenciado nas profundas alterações climáticas, na crise energética, nas dificuldades de acessar recursos hídricos, entre outros fatores. Não está em jogo “apenas” o meio ambiente, e não se trata meramente de um problema ecológico. Trata-se mesmo de um cenário em que a humanidade, sob o comando do capital, sevê diante da possibilidade real de extinção das condições naturais que viabilizam a sua existência. Também se pode notar a barbarização da vida social ao olhar a obscena concentração de riqueza que caracteriza a contemporaneidade, cujo resultado é a manutenção de extremas assimetrias sociais, especialmente no Brasil: um verdadeiro “monumento à desigualdade social”, como disse o grande historiador Eric Hobsbawm em visita ao nosso país.

Esse aprofundamento das assimetrias sociais, que indicam o agravamento da “questão social” no capitalismo contemporâneo, se relaciona di-



retamente à chamada lei geral da acumulação capitalista, por meio da qual se verifica a polarização social que a caracteriza: a expansão da produção e da acumulação da riqueza em um polo (o do capital) resulta na expansão da pobreza no outro polo (o do trabalho). Esse quadro, que é a resultante inviolável do desenvolvimento capitalista, agudiza-se. Por isso, falamos no recrudescimento da “questão social” que vem sendo objeto de um padrão de intervenção, predominante na atualidade, pautado pelas políticas neoliberais. Por meio delas, combinam-se a redução das funções coesivas do Estado com a criminalização da pobreza, associação que tem acionado diretrizes como: a restrição do alcance das políticas sociais, limitando-as à assistência social; a criação de mensuradores de “vulnerabilidades” que levam à adoção de medidas de focalização nos mais pobres; a transferência de responsabilidades estatais para a sociedade civil e, até mesmo, para as famílias, configurando uma tendência conservadora que vem sendo chamada de familialismo; a “expropriação de direitos”, como vem sendo denominado por alguns estudiosos; entre outros expedientes.

São muitas as evidências da barbárie provocada pelo modo de produção capitalista. Apontamos acima apenas algumas delas que, se não consideradas, tornarão inepto qualquer esforço analítico como o que tentamos aqui para pensar os impactos ideopolíticos na organização de movimentos sociais e nos projetos societários. Isso porque, quando falamos de crise, de decadência ideológica burguesa e de barbárie, é de um projeto de sociedade que estamos tratando. E é de condições objetivas que impactam os rumos de qualquer organização política que estamos a pensar.

E é por isso que a crise atual não é mais apenas uma crise, justamente pelo aprofundamento desses traços característicos que a constituem e marcam a contemporaneidade. Eles estão na base das dificuldades para a estruturação de projetos societários que apontem para a emancipação humana, por meio de organizações políticas que canalizem as demandas sociais nesse sentido, e dotem os movimentos sociais e populares de uma direção social transformadora. É a partir da consideração do peso dos elementos que estão no cerne dos nossos tempos que poderemos ter um melhor entendimento.



mento dos impactos ideopolíticos da crise na organização política da classe trabalhadora, como propõe o tema do nosso texto.

A estes traços constitutivos do capitalismo contemporâneo somam-se os limites que as forças políticas vinculadas aos interesses sociais da classe trabalhadora encontram para enfrentar as tendências da barbárie capitalista, que têm a ver com a dificuldade de se estruturar um projeto societário alternativo que seja capaz de mobilizar as massas trabalhadoras. Vivemos um tempo histórico bastante adverso desde os anos 1990, quando se deu a dissolução das experiências socialistas do século XX, o que criou as condições subjetivas para a difusão de uma hegemonia incomparável das forças do capital, estabelecendo uma *onda longa contrarrevolucionária*. Em sua base, reproduzem-se valores antissociais que cimentam aquela hegemonia: as tendências irracionalistas; o individualismo; a meritocracia; as inúmeras formas de intolerância e de preconceito; as variadas modalidades de violência contra a vida, potencial ou declarada; o predomínio de formas de sociabilidade virtual em detrimento de vivências coletivas reais e efetivas.

Essa ambiência ideocultural profundamente desumanizadora restringe as possibilidades e as capacidades humano-sociais que nos particularizam, promovendo verdadeiras regressões do ser social que nos compõe. A ela soma-se a cultura pós-moderna própria do capitalismo contemporâneo, que valoriza o presentismo contra a história, a efemeridade contra o duradouro, o relativismo em detrimento da verdade, as micronarrativas em lugar das grandes narrativas. E é esse caldo de cultura que alimenta, no mundo contemporâneo, inclusive no Brasil, o desprezo ou mesmo o falseamento da história; o apego à fugacidade e ao transitório que leva ao menosprezo dos projetos coletivos de longo alcance, a descrença na verdade e no conhecimento científico, ao mesmo tempo em que se promovem a mentira, as falsas notícias e o ódio à ciência.

Não é à toa que esse ambiente tem favorecido os grupos de extrema-direita e alimentado até mesmo o ressurgimento de movimentos fascistas e nazistas em todo o mundo. A eles voltaremos no final do texto. Por



ora, é mais importante avançarmos no entendimento do capitalismo contemporâneo no sentido de identificar como a reorganização dos processos produtivos contemporâneos impactou o ser concreto da classe trabalhadora.

AS MUDANÇAS NOS PROCESSOS PRODUTIVOS DO CAPITAL E OS IMPACTOS IDEOPOLÍTICOS NAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MASSAS TRABALHADORAS

A história do capitalismo até aqui é também a história das formas de organização política da classe trabalhadora ou, se quisermos, é um capítulo da história das lutas de classes. Elas assumiram formas específicas de acordo com os momentos históricos em que surgiram, sempre expressando respostas políticas dos trabalhadores ao jugo da exploração capitalista, em um movimento em que a classe deixa de ser apenas uma classe explorada pelo capital (classe-em-si) e passa, após um processo que envolve a construção de formas de consciência de classe, a ter uma existência como classe-para-si. E não é diferente na contemporaneidade em que os trabalhadores se deparam com estratégias capitalistas que os prejudicam imensamente.

As consequências econômicas decorrentes da crise atual fazem com que os capitalistas adotem estratégias produtivas que impactam drasticamente os trabalhadores ao reorganizar os padrões de produção vigentes e modificar processos de trabalho. As medidas adotadas alteraram profundamente o ser da classe trabalhadora, fragmentando-a e gerando inúmeras consequências para as suas formas de organização política. Esse processo, iniciado nos anos 1970 e intensificado a partir dos anos 2000, tem a ver como uma profunda reestruturação produtiva do capital. A base eletromecânica, que vigorou no período fordista-taylorista ao longo do século XX, foi cedendo lugar gradualmente a sofisticados mecanismos eletroeletrônicos. Posteriormente, em um salto tecnológico mais recente, esses mecanismos passaram a conviver com inovações informacionais e comunicacionais, conduzindo-nos ao que alguns especialistas denominam de capitalismo digital.



Não podemos, no espaço de poucas páginas, ir além de alguns aportamentos sobre os vetores que vêm redirecionando a estrutura produtiva e, assim, reconfigurando o capitalismo atual. Nossa tarefa é discutir como eles modificam a morfologia da classe trabalhadora e, a partir dela, discutir as principais consequências (“os impactos...”) postas ao movimento organizado da classe trabalhadora, expresso em variados tipos de movimentos sociais e populares. É o que veremos a seguir, tentando pensar o presente com os olhos atentos ao retrovisor da história, para que sejamos capazes de, pelo menos, antecipar alguns caminhos do futuro.

Até a primeira metade do século XIX, os trabalhadores, ainda que já estivessem diante dos avanços típicos da grande indústria capitalista (a indústria moderna), conseguiam manter conhecimentos laborais que vinham das variadas formas de trabalho artesanal que antecederam ao modo de produção capitalista. Nesse momento, em que a classe trabalhadora já não tinha mais alternativa a não ser vender a sua força de trabalho ao capitalista em troca de salário, ainda se preservavam, entre as massas laboriosas, boa parte dos conhecimentos voltados para o desenvolvimento da produção, de modo que a etapa de concepção/elaboração/planejamento do processo de trabalho não se separava inteiramente da sua execução. É por isso que a subsunção (uma forma de submissão) do trabalho ao capital, que já estava posta, ainda não se completara, limitando-se a uma subsunção formal.

Somente quando a grande indústria se consolidou e, em sua base, se difundiu a introdução da maquinofatura como forma dominante da produção capitalista, é que se observou o inteiro domínio do capital sobre os trabalhadores, cujos conhecimentos se dissolveram sob a hegemonia das chamadas máquinas-ferramenta, introduzidas no espaço fabril. Em larga medida, elas passaram a reproduzir (e substituir) os movimentos que antes eram operados pelo trabalho vivo. Nesse momento, já na entrada da segunda metade do século XIX, a submissão é completa e o trabalhador vira um apêndice da máquina, dando-se, então, o que chamamos de subsunção real. O que temos na contemporaneidade é uma ampliação radical dessa forma de subsunção, muito mais profunda do que aquela que se desenvolveu no



século XIX e avançou, instaurando novas formas para o século XX. Desde o final deste século até hoje, presenciamos um inteiro domínio do capital sobre o trabalho, o que tem provocado impactos ideopolíticos na organização das lutas sociais.

Tal processo não ocorreu sem embates. Ao contrário, ele se desenvolveu como desdobramento das relações antagônicas entre capital e trabalho. E não é apenas a classe trabalhadora que reage a seu oponente. Os capitalistas também o fazem, incrementando novos mecanismos de controle da força de trabalho e introduzindo novas tecnologias que se materializam em forma de sofisticados equipamentos, máquinas inteligentes, robôs, entre outros meios de trabalho que funcionam à base de comandos eletrônicos e/ou informacionais, todos eles poupadões de trabalho vivo que tendem a reforçar o processo de subsunção real do trabalho ao capital. É importante lembrar que os avanços tecnológicos são fortemente impulsionados pela necessidade que tem o capital de dar respostas políticas às reivindicações operárias. Isso quer dizer que as lutas de classes funcionam como um dínamo dos avanços tecnológicos do capital, confirmado uma reflexão d'*O Capital*, no qual o seu autor, após analisar séries históricas para testar suas hipóteses, notou que a cada nova greve os capitalistas saíam com uma nova máquina.

As estratégias atuais adotadas pelo capital resultaram num declínio do movimento operário tradicional em todo o mundo, principalmente naqueles países que conheceram processos de industrialização mais robustos, inclusive os de desenvolvimento tardio, como é o caso brasileiro. Tal declínio pode ser observado por meio de vários indicadores, tais como: a diminuição do número de greves e a baixa adesão a elas quando deflagradas; o rebaixamento das taxas de sindicalização dos trabalhadores; o envelhecimento e a não renovação de lideranças operárias; a despolitização dos novos trabalhadores que se expressa em desmobilização e desinteresse pelas organizações de classe, especialmente pelos partidos políticos. Em decorrência dessa constatação, nota-se que as tentativas do movimento operário-sindical voltadas para a mobilização da classe têm se mostrado ineficazes, denotando uma ineficiência dos métodos e dos modelos de organização política adotados.



É por isso que analistas têm se debruçado, nas últimas décadas, sobre a compreensão das novas lutas que assinalam um crescimento indiscutível de “novos sujeitos” portadores de inúmeros interesses sociais. Em torno dessa realidade surgiram ideias muito problemáticas dedicadas à sua compreensão, muitas delas pondo em dúvida a centralidade da classe como elemento universalizador das lutas sociais, ou seja, como aquele capaz de criar uma convergência ou uma unidade ideológica em torno da exploração a que está sujeita a imensa maioria na sociedade capitalista que, não dispondo dos meios de produção fundamentais, é compelida a vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Entre nós, coube ao sociólogo brasileiro Ricardo Antunes o papel de rechaçar essas ideias com base em evidências científicas colhidas por amplas pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas. De modo geral, apoiado pela teoria social marxiana, especialmente numa ontologia do ser social, Antunes nos mostra que o trabalho continua sendo o núcleo central da atividade humana, a partir do qual se dão as possibilidades de desenvolvimento do ser social, historicamente determinadas pelas condições postas pelo regime de propriedade dos meios de produção fundamentais em cada sociedade. As profundas alterações do modo de produção capitalista modificaram as funções técnicas do processo de trabalho, adicionando novos elementos para pensar as formas de exploração do trabalho e de extração da mais-valia, mas não são capazes de mudar a centralidade ontológica do trabalho para o ser social.

A expansão do complexo “maquinico-informacional-digital” (Antunes, 2020, p. 9) alcança a indústria, os serviços e a produção agroindustrial, impactando as formas de produção e as relações de trabalho. As tecnologias de informação e de comunicação (TIC) estão presentes em variados negócios capitalistas que passam a se desenvolver por meio de plataformas digitais e aplicativos que abrangem “os serviços em geral (*telemarketing* e *call-center*, educação, bancos, hipermercados e atividades de *fast-food*); a indústria (com destaque para a automobilística) e a agroindústria (extração mineral)” (p. 10). Disso decorrem diversos tipos de trabalho precarizado (terceirizado,



informal e flexível), que se expandem por meio da “uberização” e de formas de trabalho intermitente, estabelecendo uma relação do trabalhador com as empresas predominantemente de prestação de serviços em que impera a desproteção social.

Por outro lado, a expansão das tecnologias informacionais e digitais vem apontando para o desenvolvimento da chamada indústria 4.0 que deverá ocasionar “processos produtivos ainda mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor, de modo que a logística empresarial será toda controlada digitalmente”. Disso resultará a ampliação do trabalho morto por meio do “maquinário digital – a internet das coisas, a inteligência artificial, a impressora 3D, o big data etc.(...)” e a “consequente redução do trabalho vivo” (Antunes, p. 13-14). Além disso, a expulsão da força de trabalho dos processos produtivos continuará a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva, especialmente a sua camada estagnada. Ela se compõe de trabalhadores que vivem um afastamento mais duradouro dos processos produtivos, que estão mais permanentemente na instabilidade e que, muito eventualmente, conseguem retomar vínculos empregatícios, tornando-se uma massa sobrante da força de trabalho que busca meios de vida informais e precários, inclusive os que envolvem a falácia do empreendedorismo. As consequências sociais dessas mutações são imensas. Para além delas, vamos agora nos deter sobre as suas consequências ideopolíticas.

Há uma questão envolvendo um desenvolvimento de novo tipo das forças produtivas que passariam a ser impulsionadas por modificações técnicas que alargam e diversificam as formas de trabalho intelectual. Entre elas, verifica-se a expansão de determinados tipos de “trabalho imaterial” próprios ao chamado capitalismo digital. Esse quadro tornaria a classe operária um segmento condenado ao encolhimento crescente, o que levaria, consequentemente, à perda de sua centralidade política que supostamente teria se deslocado para outros estratos de trabalhadores. O debate aqui está no problema da identificação do sujeito histórico da revolução.

Já no tempo de Marx, no século XIX, a grande indústria capitalista



havia se desenvolvido extraordinariamente. Em um dos capítulos do Livro I d' *O Capital* (precisamente o capítulo XIII), o pensador alemão demonstra a enorme capacidade produtiva da moderna indústria capitalista, garantida pelos formidáveis progressos técnico-científicos e tecnológicos, em que se identifica a tendência inerente ao desenvolvimento industrial capitalista de expandir o trabalho social por meio de mecanismos que combinam formas de trabalho manual com trabalho intelectual. Assim, ele nos mostra que na complexa divisão social do trabalho, típica da era da maquinofatura, a produção de mercadorias passou a se realizar por meio de um trabalho social combinado, que criou a figura do que Marx denominou trabalhador coletivo da grande indústria, que é para nós uma categoria analítica muito importante.

Ora, não restam dúvidas de que esse tipo de expansão da produção mercantil, que tem como suporte um trabalho social combinado, se encontra hoje muitíssimo mais complexificada. Diante dessa complexificação a função do sujeito revolucionário ainda caberia à classe operária atuante no chão da fábrica e diretamente envolvida com a produção material ou envolveria, além dela, os trabalhadores dos laboratórios e centros de pesquisa das empresas capitalistas, ou seja, o trabalhador coletivo da grande indústria? A tendência atual de desterritorialização da produção industrial capitalista cria uma grande fábrica mundial. No âmbito dessa imensa fábrica global, quais setores produtivos podem desempenhar o papel político de sujeito histórico da revolução? Essas são questões pelas quais se bate boa parte da intelectualidade crítica do capitalismo. Sobre elas há poucas respostas conclusivas e muitas polêmicas que não cabem no espaço deste texto.

Um outro problema diz respeito às formas atuais de extração da mais-valia. Se no tempo de Marx já se podia notar que a prevalência da forma absoluta dava lugar, com o incremento tecnológico, à forma relativa, no capitalismo contemporâneo percebe-se uma maior tendência de combinação das duas formas, inclusive nos países mais desenvolvidos. A tendência de precarização do trabalho criou um amplo segmento de trabalhadores que vivem em condições bastante adversas, marcadas por vínculos temporá-



rios, parciais e instáveis. Esse amplo estrato de trabalho precário – maior ou menor, a depender do grau de adesão dos governos às políticas neoliberais hegemônicas no mundo burguês – compõe parte considerável do exército industrial de reserva contemporâneo, precisamente a sua camada flutuante. Isso significa que o movimento operário-sindical tende a seguir uma postura mais recuada e está mais sujeito a ser cooptado, justamente por se encontrar diante de uma realidade que coloca os trabalhadores na defensiva porque os divide e fragmenta, dificultando a construção da pertença de classe.

A FRAGMENTAÇÃO DA CLASSE, OS IMPASSES POSTOS À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em meio ao debate que o tema suscita, reafirmamos o que já dissemos ao longo dessas páginas. A classe trabalhadora se diversificou e as lutas sociais, de fato, extrapolaram bastante o espaço fabril. Ainda que a classe operária continue tendo papel central, o palco das lutas de classes se tornou mais amplo, alcançando os variados espaços para além daqueles ligados à esfera produtiva, abrangendo, inclusive, os que dizem respeito à própria reprodução social da força de trabalho, o que compreende demandas ligadas às necessidades sociais as mais diversas, tais como saúde, educação, transporte, saneamento etc. Desse universo, que se amplia no capitalismo contemporâneo desde os anos 1970, multiplicaram-se movimentos sociais que passaram a representar as reivindicações que dali surgiram. Não à toa, uma cientista social brasileira (Doimo, 1995) identificou em seus estudos, nos anos 1990, a designação de mais de uma dezena de conceitos atribuídos a essas novas lutas sociais no Brasil. Elas foram conceitualizadas por denominações como “novos movimentos sociais”, “movimentos sociais urbanos”, “movimentos populares urbanos”, “movimentos populares” (tal como aparece no título de nosso texto), entre outros.

O reconhecimento de variados sujeitos coletivos no âmbito das lutas sociais expressa uma diversidade de demandas sociais inerentes à socia-



bilidade capitalista, indicando o florescer de novas particularidades sociais que se organizam e buscam afirmação política. Por outro lado, como vimos, essa tendência resulta também numa fragmentação das lutas que dificulta, sobremaneira, a tarefa da constituição de instâncias mediadoras de caráter universalizante – tarefa que, historicamente, sempre coube aos partidos políticos. Ou seja, complexificou-se o desafio de enlaçar cada uma das demandas, postas por cada um dos novos sujeitos coletivos, a uma universalidade concreta que a todos determina.

Por outro lado, a centralidade da classe deve ser pensada em articulação com outros determinantes que variam segundo as realidades nacionais. No Brasil, por exemplo, o determinante de classe se articula, indelevelmente, à questão racial que marcou, historicamente, a estrutura de classes no país. E, em todo o mundo, não se pode avançar na análise das lutas de classes se não se vincular a elas o patriarcado que particulariza, também historicamente, as formas de exploração das mulheres na sociedade capitalista.

No capitalismo, esse universal-concreto que a todos enlaça é dado pela classe social. Nesta sociedade, a despeito de uma miríade enorme de sujeitos sociais, de segmentos e de camadas de classes, continuará sempre prevalecendo a existência de duas classes fundamentais a partir das quais todos estes segmentos orbitam: a classe trabalhadora (que é a classe explorada) e a classe dos capitalistas (a burguesia, que é a classe exploradora, proprietária dos meios de produção). Se o antagonismo de classe, que é a principal mola propulsora das lutas sociais, for ladeado ou mesmo apagado de nossas análises, o resultado será o relativismo teórico que é incapaz de identificar os vetores determinantes que dinamizam os movimentos sociais.

O desafio diante da imensa fragmentação contemporânea consiste na criação de novas formas de organização política que atuem como elementos de mediação capazes de atuar no universo dos vários sujeitos e suas lutas sociais no sentido de desfragmentá-las. Tal tarefa é necessária para se alcançar a síntese fundamental entre as diversas demandas sociais, ou seja, a mediação universal, possível apenas aos partidos políticos.



As transformações societárias do capitalismo contemporâneo dificultam imensamente esse caminho. Mas é certo que apenas os partidos, como instrumentos políticos da classe trabalhadora, podem realizar a mediação universal, desde que sejam capazes de empalmar projetos societários que, como vimos, encontram muitas dificuldades de serem estruturados na atualidade marcada por um momento histórico de crise estrutural e de decadência ideológica burguesa.

Na atual quadra histórica que examinamos, surgiram movimentos sociais de novo tipo que tinham em comum, justamente, uma dificuldade para conectar as bandeiras que levantavam com as questões mais amplas pertinentes às realidades nacionais em que atuavam. Alguns deles, que se expandiram nos anos 2010, chegavam mesmo a recusar essa ampliação das pautas, rechaçando a presença de partidos políticos em seus atos políticos e enaltecedo o que, supostamente, seriam formas de exercício de democracia direta em que se prescindiam de elementos de mediação e da escolha de representantes que pudessem atuar como dirigentes do movimento, revelando características políticas pretensamente anárquicas.

O exemplo notório desse tipo de movimento social se deu em 2011, nos EUA, onde se deram mobilizações políticas contra o mercado, tendo como epicentro o distrito financeiro de Manhattan, e ficaram conhecidas como *Occupy Wall Street*. O “modelo” que ali se desenvolveu repercutiu em efêmeras manifestações em outros países, como o movimento 15-M ou *Indignados* na Espanha, em 2013, envolvendo, quase sempre, jovens de camadas médias urbanas. Seus desdobramentos naquela conjuntura acabaram por se resumir a uma espécie de “movimentismo” em que o movimento parecia ser tudo e pouco importava a inexistência de um objetivo final. Tais características também foram notadas nas chamadas Jornadas de Junho ocorridas no Brasil, também em 2013.

A pauta do transporte público foi a fagulha que incendiou o Brasil naquele junho de 2013, culminando em massivos movimentos de rua que se repetiram por semanas. Ali se notou claramente a ausência de uma força po-



lítica capaz de superar o espontaneísmo que produziu aquelas mobilizações políticas e, mais importante, que fosse capaz de dirigir os rumos das manifestações que acabaram sendo objeto da manipulação de movimentos conservadores, francamente apoiados pelos monopólios dos meios de comunicação dominantes no país. Ou seja, aquelas jornadas careceram da atuação de uma instância de caráter universalizante que, valendo-se de um projeto societário alternativo ao do capital, pudesse elevar politicamente aquelas lutas.

E foi a partir daquelas agitações políticas de 2013 que o Brasil passou a conviver com a ascensão de forças políticas conservadoras de variados tipos, inclusive as de orientação fascista e nazista que se organizam em grupelhos ligados à extrema-direita. Suas reivindicações se ligam à defesa dos valores retrógrados em todos os níveis, tais como ataques à Constituição - exatamente o documento que nos levou a melhorias sociais -, pautas homofóbicas, xenófobas, misóginas e racistas (como a proposta que quer acabar com as cotas raciais nas universidades), posições contrárias à diversidade, tal como, inclusive, vêm se dando neste momento nos EUA. A principal forma de difusão de suas propostas passa pelas redes sociais por meio das quais propagam, inclusive, inverdades de todo tipo, negacionismo anticientífico e deturpação da história, especialmente quando se referem à ditadura que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Estimulam movimentos, inclusive de natureza golpista, que ameaçam a democracia e defendem, justamente, a volta da ditadura que, como todos sabem, além de violar direitos, do arbítrio como regra, da repressão e do terrorismo de Estado como política, praticou sequestros, torturas, assassinatos (quase todos sem punição até hoje), dos quais é exemplar o caso do deputado Rubens Paiva que repercutiu muito recentemente por conta do premiado filme “Ainda estou aqui”. Morto pelos facínoras da ditadura, com a aquiescência da cúpula militar que ocupava o poder central em Brasília, sua família até hoje sequer pôde velar o seu corpo que entrou na lista das centenas de desaparecimentos promovidos pelo violento regime ditatorial que, além da violência, aprofundou a desigualdade social.

Este quadro político em que as forças retrógradas da extrema-direita são capazes de influenciar os rumos do país, tendo inclusive ocupado



a Presidência da República entre 2019 e 2023 - período em que a pandemia mundial levou a óbito mais de 700 mil brasileiros e brasileiras vitimados pelo coronavírus, boa parte das mortes evitáveis não fosse a negligência do governo Bolsonaro –, tem se alimentado de uma conjuntura mundial que tem favorecido o aparecimento de lideranças nesse campo político mais conservador. São líderes políticos – como Marine Le Pen na França, Viktor Orbán na Hungria, Meloni na Itália, Milei na Argentina e, especialmente, Trump nos EUA, entre outros – que navegam justamente na crise estrutural e na decadência que marcam a ordem burguesa contemporânea. Difundem propostas xenófobas que atraem trabalhadores arruinados pela crise, que acabam sendo cooptados por um discurso chauvinista, falsamente patriótico, que promove o ódio e a intolerância como políticas.

Apesar dessas excrescências, que expressam, na verdade, graves ameaças à democracia, o movimento organizado da classe trabalhadora continua a produzir lutas sociais das mais diversas e em todos os espaços da vida social, dos quais é exemplo muito recente o movimento contra a escala 6x1. Ele abrange um contingente enorme de trabalhadores que atuam nos serviços e no comércio que são objeto de jornadas de trabalho extensas que avançam por finais de semana e feriados, tendo como contrapartida apenas um dia de descanso semanal, quase nunca no sábado ou no domingo. Destaque-se, também, a força que a luta antirracista passou a ter entre nós, colocando em relevo tema candente que marca a história do Brasil. Ou, ainda, a revitalização do movimento feminista que, em suas variadas expressões, vem dando vazão às reivindicações da luta das mulheres brasileiras contra o patriarcado, suas expressões misóginas e suas dolorosas formas de violência.

Entre tantos, estes são alguns bons exemplos que nos mostram a continuidade das lutas sociais por um mundo melhor, apesar dos tempos conservadores que ainda marcam a contemporaneidade, mas que não tardarão a ser superados.



QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- 1. Discuta como a crise contemporânea e as estratégias capitalistas alteraram o ser da classe trabalhadora.**
- 2. A partir do que se discutiu na primeira questão, comente os principais impactos ideopolíticos postos aos projetos societários e às lutas sociais contemporâneas.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, B.; CARLOTTO, M. A. (Org.) **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. & BRAGA, R. (Org.) **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAZ, M. **Partido e Revolução**: 1848-1989. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BRAZ, M. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o Tormento de Sísifo das Ciências Sociais. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. (Org.) **Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos**. São Paulo: Cortez, 2012.



BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário". In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BRAZ, M. Crise contemporânea e política imperialista. In: FERNANDES, L. E. (Org.) **Introdução ao imperialismo tardio**. Recife: Ruptura, 2022.

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHESNAIS, F. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Editora Xamã, 2003.

DOIMO, A. M. (1995). *A Vez e Voz do Popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, G. A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In: LUKÁCS, G. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, n. 20, 1992.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Ed. Unicamp, 2002.



NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SOLANO, E. (Org.) **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BIBLIOTECA VIRTUAL

Artigos e Capítulos de Livros

DEMIER, F. **Neoliberalismo e neofascismo no tempo presente: notas sobre a tal crise da democracia contemporânea**. Revista Marx e o Marxismo, v.13, n.24, jan/jun 2025.

Disponível em <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/656>

MATTOS, M. B. **Cotas, raça, classe e universalismo**. Revista Outubro, n. 16. Fev. 2007.

Disponível em <https://outubrorevista.com.br/cotas-raca-classe-e-universalismo/bv>

NETTO, J.P. **Crise do capital e consequências societária**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 111, set 2012.

Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6MmJKCjKYqSv6kyWDZLXzt/?format=html&lang=pt>



Artigos em Páginas Eletrônicas ou Blogs

ARCARY, V. **A classe trabalhadora está dividida.** 2024. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2024/06/07/a-classe-trabalhadora-esta-dividida/>

IASI, M. **O ovo do pato: notas sobre ideologia no capitalismo decadente.** 2025. Disponível em <https://blogdabotempo.com.br/2025/04/15/o-ovo-do-pato-notas-sobre-ideologia-no-capitalismo-decadente/>

IASI, M. A **Os intelectuais e a decadência ideológica.** Blog da Boitempo. 2020. Disponível em <https://blogdabotempo.com.br/2020/09/14/os-intelectuais-e-a-decadencia-ideologica/>

NETTO, J.P. **O Déficit da esquerda é organizacional.** Portal PCB, 2010. Disponível em <https://pcb.org.br/portal2/345>

Vídeos/Conferências/Debates/Entrevistas

François Chesnais. **O Capitalismo está diante de uma parede.** Entrevista. Disponível em <https://tutameia.jor.br/capitalismo-esta-diante-de-uma-parede-diz-chesnais/#:~:text=A%20crise%20mundial%20que%20vivemos,do%20capitalismo%20com%20a%20natureza>

Marcelo Badaró Mattos. **Classe trabalhadora ontem e hoje.** Trilhas da Democracia. Entrevista. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-bexP7z7FYI>

Ricardo Antunes. **Novo mundo do trabalho: plataformas, pejotização, escala 6x1 e Ias.** Entrevista.



Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=b1BRLSaQ2YQ>

Ricardo Antunes. **A luta pela redução da jornada de trabalho e contra a divisão entre empregados e desempregados é o embrião de uma luta anticapitalista.** Entrevista.

Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Antunes-A-luta-pela-reducao-da-jornada-de-trabalho-e-contra-a-divisao-entre-empregados-e>

Sites e Páginas Informativas

CAFÉ BOLCHEVIQUE, Fragmentação social e manipulação no capitalismo hoje. Mauro Iasi.

Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bugPAnNtlvw&list=PLHiE8QPap5vRy3cfr4abgaTE2oUkrFEdt&index=5>

CESIT/UNICAMP. Série A Devastação do Trabalho.

Disponível em <https://pesquisa.ie.unicamp.br/centros-e-nucleos/cesit/serie-a-devastacao-do-trabalho-a-classe-do-labor-na-crise-da-pandemia/>

DIEESE. Observatórios do Trabalho.

Disponível em <https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/obsApresentacao.html>

ESQUERDA ONLINE. A evolução ideopolítica e organizativa da classe trabalhadora brasileira – Parte 1.

Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2017/12/20/a-evolucao-ideopolitica-e-organizativa-da-classe-trabalhadora-brasileira-parte-1/>

ESQUERDA DIÁRIO. Da fragmentação à hegemonia: encruzilhadas da atual luta de classes.

Disponível em https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=32178



MARXISMO21. Página com várias referências bibliográficas.
Disponível em <https://marxismo21.org/>

TRICONTINENTAL Brasil. **A situação da classe trabalhadora no Brasil.** 2025.
Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/a-situacao-da-classe-trabalhadora-no-brasil/>

Filmes

“Luta de Classes”. Dir. Spike Lee, EUA, 2025. Prime Vídeo

“7 Prisioneiros”. Dir. Alexandre Moratto, Brasil, 2021. Netflix

“Parasita”. Ed. Bong Joon-ho, Coréia do Sul, 2019, Globoplay

“Passámos por Cá”. Dir. Ken Loach, Inglaterra, 2019, Looke

“American Factory” (documentário). Dir. Julia Reichert, Steven Bognar, EUA, 2019. Netflix

“Estou me Guardando para Quando o Carnaval Chegar”. Dir. Marcelo Gomes, Brasil, 2019. Apple TV

“Chão de Fábrica — a história do novo sindicalismo” (série documental). Dir. Renato Tapajós e Hidalgo Romero, Brasil, 2018. TVT

“Escravidão no século XXI” (série documental). Bruno Barreto, Brasil, HBO Vídeo bastidores, 2018.

“Requiem for the American Dream” (O Fim do Sonho Americano). Documentário com Noam Comsky, EUA, 2016. Prime Video.



“O Patrão: Radiografia de um Crime”. Dir. Sebastián Schindel, Argentina, 2015. Netflix

“Junho, o mês que abalou o Brasil”. Dir. João Wainer, Brasil, 2014. Youtube, Amazon Prime

“Expresso do Amanhã”. Dir. Bong Joon-ho, Coréia do Sul, 2013, Mercado Play

“O Corte”. Dir. Costa-Gavras, França, 2005, Prime Video.

“Pão e Rosas”. Dir. Ken Loach, Inglaterra, 2000. Youtube

“Eles não Usam Black-tie”. Dir. Leon Hirszman, Brasil, 1981. Globoplay







« DISCIPLINA 1 »
TENDÊNCIAS MUNDIAIS DA CRISE DO
CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA

« AULA 4 »
**Ofensiva do capital sobre
o Estado, os direitos e as
políticas sociais**
« Ivanete Boschetti »



OFENSIVA DO CAPITAL SOBRE O ESTADO, OS DIREITOS E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Ivanete Boschetti

O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas.

(Vladímir Maiakóvski, 1987)

INTRODUÇÃO - Direitos sociais no capitalismo: essência e resistência

O tempo presente deixará como marca, nos países capitalistas do ocidente, um intenso processo de redução ou destruição dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora por meio de árduas lutas desde o final do século XIX, movidas nas malhas das particularidades nacionais. Desde a agudização da crise do capital, na viragem dos anos 1960/70, sucede-se a intensificação dos processos contrarreformistas, que avançam com apetite voraz sobre os direitos concretizados pelas políticas sociais. Não se trata, contudo, de “meras” medidas econômicas para equilíbrios fiscais das contas públicas, como bradam e reivindicam os tecnocratas liberais. Trata-se, efetivamente, de uma veloz e brutal contraofensiva do capital, efetivada pelo Estado, que expropria importante parcela da riqueza socialmente produzida e subjuga a classe trabalhadora às mais draconianas formas de exploração e opressão.

O texto problematiza o sentido e tendência desses processos, com implicações profundas para a vida de trabalhadores e trabalhadoras que só



dispõem da sua força de trabalho para sobreviver. Lutar pela ampliação dos direitos e mediar o acesso aos bens e serviços públicos (nem sempre legalmente reconhecidos como direitos), tão necessários à reprodução humana, faz parte das principais demandas postas ao cotidiano profissional, mas estas estão cada vez mais inacessíveis. Por isso, robustecer sua defesa e fortalecer a resistência aos movimentos destrutivos requer compreender sua essência e funcionalidade para a reprodução do capitalismo e da cidadania burguesa.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-HISTÓRICOS DOS DIREITOS SOCIAIS NO CAPITALISMO

A defesa intransigente dos direitos humanos, direitos civis, políticos e sociais constitui um dos princípios basilares do Código de Ética Profissional e das atribuições e competências estabelecidas na Lei de Regulamentação, dois importantes pilares do nosso Projeto Ético-Político-Profissional. Ainda que diferenciados em suas nomenclaturas e muitas vezes também em sua operacionalização, todos os direitos são direitos humanos e assim serão aqui abordados.

Desde a aclamada “teoria da cidadania” de Marshal (1967) - segundo a qual a cidadania atingiu sua completude no capitalismo no século XX, com a confluência dos direitos civis (século XVIII), políticos (XIX) e sociais (XX) – a cidadania burguesa é ovacionada como capaz de abalar as desigualdades e garantir a liberdade e igualdade formal na democracia capitalista. Para esta perspectiva, a cidadania conseguiu reduzir a desigualdade de classe com a expansão dos direitos sociais no século XX, ao estabelecer a igualdade de status aos cidadãos de uma mesma comunidade/Estado-nação, sem jamais ter a intenção de garantir “igualdade absoluta”.

A “cidadania marshalliana”, assim, não é e não pode ser referência para os princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político-Profissional. Embora os direitos possam conflitar eventualmente com os interesses da acu-



mulação, não estabelecem com estes uma relação antagônica. Ao discutir os direitos no capitalismo, Marx (2012) demonstrou a incompatibilidade entre igualdade de direitos e desigualdade de classes, pois a igualdade formal dos direitos no capitalismo é expressão do direito burguês e não reconhece a distinção de classe, ou a aceita como algo necessário e meritório. Para Marx, os direitos no capitalismo reconhecem homens e mulheres como cidadãos políticos (nos termos marshallianos, adquirir status político de cidadania), sem a necessidade de libertá-los/as das condições objetivas que obrigam a classe trabalhadora a vender compulsoriamente sua força de trabalho para sobreviver. Na tradição marxista, portanto, a emancipação política é o reconhecimento de direitos no âmbito do Estado político, do Estado como república, sem que isso implique qualquer superação das relações capitalistas (Marx, 2010). O autor reconhece que os direitos de cidadania no capitalismo, ou seja, a emancipação política, são um “grande progresso” em relação às sociedades estamentais, mas também é enfático ao afirmar que esta não é a “forma definitiva da emancipação humana” (Marx, 2010, p. 41-42).

A essência da emancipação política é a relação entre Estado político e sociedade burguesa, ou, em outras palavras, o reconhecimento legal/formal dos direitos de cidadania pelo Estado no capitalismo. Na perspectiva marxiana, a emancipação política adquire concretude a partir da dissolução da sociedade feudal e da instituição da sociedade burguesa, quando o Estado político se constitui como “assunto universal”, como Estado republicano real (Marx, 2010, p. 52). A emancipação política é a superação da predominância do direito natural, civil, individual, e o reconhecimento dos direitos políticos, coletivos, de toda comunidade política pela sociedade burguesa. Esses direitos, contudo, não libertam trabalhadores e trabalhadoras das relações de subserviência capitalista e não são capazes de instituir a emancipação humana. Nas palavras do próprio Marx “A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral” (Marx, 2010, p. 54).

A emancipação humana, ao contrário, só se concretiza quando homens e mulheres se emanciparem da sociedade burguesa, quando supera-



rem todas as formas de exploração e opressão. Para Daniel Bensaïd (2010, p. 87), a emancipação política em Marx não é uma etapa para a emancipação humana, nem tampouco é irrisória ou pouco significativa. Para este autor, Marx reconhecia o significado histórico da conquista de direitos democráticos e de determinadas liberdades na sociabilidade capitalista. Contudo, também mostra inegavelmente que a emancipação política é a única possível nesta sociabilidade, enquanto a emancipação humana só é possível com a superação da sociabilidade capitalista e não pode ser confundida com a cidadania ou com a emancipação política.

A emancipação humana pressupõe superar os “grilhões” que sujeitam a classe trabalhadora ao capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção e a obrigatoriedade da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Ao se referir à emancipação humana, Mandel é taxativo: “O pré-requisito dessa emancipação é a conquista do poder político e a demolição do aparelho de Estado burguês pelos produtores associados” (1982, p. 350).

Com diferenças abissais entre os países do capitalismo central e periférico, determinadas pelo desenvolvimento desigual das forças produtivas e por suas particularidades nacionais, a emancipação política se expandiu com o desenvolvimento do Estado Social no capitalismo (Boschetti, 2016). É certo que o século XX, especialmente após a Grande Crise de 1929 e até meados dos anos 1970, viu o Estado Social se alargar como importante vetor da emancipação política. Esse alastramento do Estado Social, principalmente nos espaços geopolíticos em que se realizou mais plenamente, como a Europa ocidental, possibilitou certa distribuição horizontal de parte do fundo público, provocou redução das desigualdades de rendimentos, permitiu o acesso da classe trabalhadora a certos bens e serviços antes inacessíveis, mas não libertou das relações de exploração e opressão, portanto, de se submeter aos imperativos do capital.

A história comprovou a análise de Marx e da tradição marxista, uma vez que não será por meio dos direitos ou da emancipação política que se alcançará a emancipação humana. Mas apreender a essência da



emancipação política, com seus direitos e cidadania burguesa, possibilita perceber a natureza contraditória do Estado Social no capitalismo e decifrar sua constituição e funções sob condições histórico-sociais específicas. Isso nos motiva a reconhecer que a relação entre Estado, direitos e política social é uma relação social determinada e condicionada pelas relações capitalistas. Conforme sinaliza Pachukanis, ainda que sejam mistificados e fetichizados como direitos igualitários, o capitalismo forjou a “mais desenvolvida, universal e acabada mediação jurídica” (2017, p. 65), que garante a reprodução do capital como relação social, sendo a cidadania burguesa uma expressão dessa forma jurídica.

Nesses termos, é possível afirmar que o reconhecimento jurídico dos direitos sociais no capitalismo e sua materialização pelo Estado Social regulam formas específicas de reprodução da força de trabalho (empregada ou não), da futura força de trabalho (caso de crianças e jovens), da força de trabalho já exaurida pelo tempo e pela exploração (caso de idosos/as) ou das pessoas impossibilitadas de trabalhar por diversos fatores, como doenças ou deficiências. Os tipos, formas e alcance dos direitos realizados pelo Estado Social, portanto, estruturam determinadas relações e formas de reprodução social (Boschetti, 2018a).

Ainda que possa (ou queira) parecer um poder público neutro, acima das classes sociais, o Estado Social é uma dimensão constitutiva e determinante da sociedade burguesa e participa, direta e indiretamente, da reprodução ampliada do capital (Mandel, 1982; Behring, 2018). Erigido no capitalismo tardio, no contexto da democracia burguesa, a emergência e ampliação dos direitos sociais que compõem o Estado Social não podem ser explicadas tão somente como instrumentos de dominação e acumulação. São também resultado de longo e secular conflito de classes, crivado por perspectivas revolucionárias e reformistas, conforme sinalizou Marx ao se referir à luta pela regulação da jornada de trabalho na Inglaterra: “a criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora” (Marx, 2013, p. 370).



Reconhecer que a luta de classes foi e é decisiva nos processos de conquistas de direitos regulados pelo Estado Social, como forma de “proteção” às investidas do capital, contudo, não significa desconhecer seu significado como fenômeno próprio da sociedade capitalista, nem tampouco mistificar suas funções na reprodução das relações sociais, idealizando-o como propulsor do bem-estar e da igualdade. Significa reconhecer que, sem a luta da classe trabalhadora por direitos e melhores condições de vida, o movimento do capital será sempre no sentido de restringir os direitos ao mínimo vital para sua reprodução e acumulação. Compreender a essência dos direitos sociais significa entender sua natureza contraditória, pois, por um lado, a ampliação das legislações sociais resultou das lutas e pressões da classe trabalhadora; por outro, também atendeu aos interesses da reprodução ampliada do capital e integração da força de trabalho (Mandel, 1982).

A expansão dos direitos trabalhistas e sociais, decorrente da luta da classe trabalhadora, foi fundamental para satisfação das necessidades humanas, a exemplo de patamares mínimos de salário, jornadas reduzidas, férias remuneradas, aposentadorias, seguro saúde, seguro-desemprego, educação, moradia, transporte, assistência social, entre outros. Mas, ao mesmo tempo, não existe Estado Social sem financiamento robusto, e sua expansão impõe aumento do gasto social público e maior tributação sobre o capital, sendo acusado de ser um “peso” para o processo de acumulação e lucratividade do capital, especialmente em períodos de crise. Ou seja, quanto mais expandido o Estado Social, maior a necessidade de extração da mais-valia socialmente produzida para sustentar os bens e serviços sociais - daí o ferrenho ataque burguês, de cariz neoliberal, aos direitos sociais. O capitalismo precisa do Estado Social para participar do processo de garantia das condições gerais de sua reprodução, mas não consegue conviver (sem crise) com a crescente intervenção estatal. O processo de acumulação de capital busca incessantes formas de impor limites a esse processo, o que se revela uma contradição insolúvel na sociabilidade capitalista (Boschetti, 2016).

Para a classe trabalhadora, a luta e conquista de direitos sociais têm o sentido de possibilitar o acesso a uma parte do valor socialmente criado



sob a forma de bens e serviços públicos, o que requer ampliar a “parcela do capital total que o Estado redistribui, gasta e investe” (Mandel, 1982, p. 342). Para o capital, o crescimento do Estado Social só faz sentido se não provocar a queda ou redução das taxas de lucro. Trata-se de uma equação impossível de ser assegurada sem crises, pois o crescimento da “redistribuição” horizontal de rendimentos sociais por meio do Estado Social impõe a necessidade de maior apropriação pelo Estado de frações da mais-valia e dos salários, para a composição do fundo público.

Em contexto de agudização da crise estrutural do capitalismo (ver textos anteriores nessa disciplina), a disputa de classe em torno das taxas de mais-valia se torna mais explosiva e o caráter estruturalmente capitalista do Estado Social se revela com toda a sua força. Por um lado, se desmascara a imagem mistificadora do Estado árbitro, representante dos interesses nacionais, neutro, ou produtor de bem-estar, já que suas ações revelam seu caráter de mantenedor e reproduutor das relações de produção. Por outro, a sua exigente função de garantir as condições gerais de produção remodela sua forma de gerir e participar da reprodução da força de trabalho (e de não trabalhadores), por meio da restrição de sua participação na socialização dos custos e redução da “redistribuição” horizontal de frações do trabalho excedente e do trabalho necessário por meio das políticas sociais (Mandel, 1982; Gough, 1982).

Desde os anos 1970, as transformações no âmbito do Estado Social capitalista foram na direção de nítido processo de destruição de suas poucas tendências universalistas (Boschetti, 2012). A destruição e/ou redução dos direitos que vêm se intensificando desde então constituem uma avalanche expropriatória de parte do fundo público (Boschetti, 2017), antes acessado pela classe trabalhadora. No capitalismo periférico e dependente, especialmente na América Latina e Caribe, em que sua participação na reprodução da força de trabalho sempre foi mais restrita e, portanto, mais favorável ao capital, os ataques recentes recolocam bárbaras formas de superexploração da força de trabalho (Carcagnholo, 2013; Luce, 2013). A ofensiva burguesa em sua luta pela recomposição das taxas de lucro provoca um verdadeiro processo de expropriação dos direitos, que recoloca sob novas bases a reprodução da força de trabalho (Boschetti, 2023).



CONTRAOFENSIVA DO CAPITAL E EXPROPRIAÇÃO DE DIREITOS

A crise do capital, conforme abordada nos textos anteriores do curso, está sendo fortemente potencializada pela extrema-direita, com investidas virulentas contra as conquistas civilizatórias que se materializaram na cidadania burguesa. Espalham-se mundialmente retóricas negacionistas, xenofóbicas, LGBTfóbicas, contrárias aos direitos sociais e que recusam a diversidade humana. A irrupção de guerras, genocídios, deslocamentos forçados de milhões de pessoas obrigadas a deixar suas casas impõe medo, desesperança e se soma a um ataque sem precedentes às condições de vida da classe trabalhadora, num ambiente de perseguição implacável à população pobre, negra, LGBTQIA+ e povos originários, acusados de serem responsáveis pelos aumentos de gastos públicos com políticas sociais. Estamos vivendo, hoje, uma contraofensiva monstruosa do capital e da extrema-direita, por meio do Estado, àquilo que a própria democracia burguesa instituiu como emancipação política, e que expõe a profunda decadência ideológica da burguesia (Martini; Boschetti, 2024).

Sintetizamos aqui a perspectiva que vimos desenvolvendo na última década sobre a relação entre expropriação de direitos, contrarreformas das políticas sociais e o papel do Estado Social capitalista na reprodução ampliada do capital, especialmente em um contexto de agudização da crise e avanço da extrema-direita com traços neofascistas. Trata-se de uma relação determinada estruturalmente pelo capitalismo em crise, mas que se concretiza em particularidades nacionais, como vem se evidenciando no Brasil desde o golpe contra a presidente Dilma em 2015.

Seguimos Marx (1984, p. 262), para quem “a expropriação rouba dos trabalhadores seus meios de produção e todas as garantias de sua existência”, e entendemos que a destruição de direitos, especialmente dos direitos sociais, reconfigura a participação do Estado social na socialização dos custos da reprodução da força de trabalho (e de não-trabalhadores), agindo de forma mais contundente para garantir a acumulação de capital. Assim entendidos, os processos expropriatórios de direitos intensificam a disponibilização de trabalha-



dores e trabalhadoras para a superexploração e renovam formas de acumulação e extração de mais valor, a exemplo da mercantilização de políticas sociais que asseguravam prestação de serviços e bens públicos (trabalho, previdência, saúde, educação, moradia, lazer, entre outras). A destruição e/ou redução de direitos (e sua mercantilização) são, portanto, processos de expropriação massiva de bens coletivos, que suprimem meios comuns necessários à reprodução da força de trabalho, o que provoca agressiva reapropriação, pelo capital, de parte do fundo público antes destinado aos direitos conquistados pela classe trabalhadora (Behring, 2021; Boschetti, 2017).

O Estado, ao propor, aprovar e materializar as leis que suprimem direitos sociais, garante as ferramentas necessárias para sustentar as bases sociais da acumulação, conforme sinalizam Fontes (2010; 2018) e Bensaïd (2017), para quem as leis vêm se tornando os principais instrumentos de expropriação, institucionalizando a violência estatal contra os direitos. Essa violência estatal institucionalizada destrói as “barreiras sociais ao contrato voluntário com o capital” como sinalizou Marx (2013, p. 373-374) e obriga a classe trabalhadora a “vender a si e a suas famílias” sem nenhuma mediação protetiva pública. Sem dispêndio público em sua reprodução, trabalhadores e trabalhadoras obrigam-se a vender sua força de trabalho a qualquer custo, sujeitando-se às mais brutais formas de exploração e, portanto, gerando mais excedente e mais acumulação.

A redução dos sistemas públicos de seguridade social e, em decorrência, da expansão dos sistemas privados de saúde e previdência social, que se sucedem desde os anos 1990, em praticamente todos os países capitalistas, concretizam-se formas de expropriação social, por meio da “alienação dos domínios do Estado” (Toussant, 2011), e diversos mecanismos, a exemplo:

a) a redução do fundo público nas políticas sociais e sistemas de segurança social restringe a participação do Estado no processo de distribuição de parcelas do excedente e do trabalho necessário e desloca importante fração para a acumulação, por meio de pagamento de juros e amortizações da dívida pública, ou por subvenções aos fundos de pensões públicos (regi-



mes fechados de seguros administrados por Fundos de Pensões) e privados (regimes abertos de seguros instituídos majoritariamente por bancos ou seguradoras privadas), além do estímulo aos planos privados de saúde, favorecendo a redistribuição social global da mais-valia com vantagens para um grupo específico de capitalistas;

b) a supressão ou diminuição de direitos sociais de saúde e previdência obriga a classe trabalhadora a despender parte de seu salário com a compra desses bens e serviços no mercado, operando a transformação dos direitos em mercadorias. Opera-se aqui uma dupla subsunção do trabalho ao capital: subtração de direitos sociais de subsistência que obriga os trabalhadores e trabalhadoras a disponibilizarem sua força de trabalho no mercado; e a mercantilização de direitos que passam a ser mercadorias disponíveis no mercado;

c) a destruição ou redução de direitos do trabalho e outros derivados, como aposentadoria, seguro-desemprego e seguro-saúde, reduz a participação do Estado Social na reconstituição física da força de trabalho, e obriga a classe trabalhadora a oferecê-la no mercado a qualquer custo e em qualquer condição. O Estado Social reduz cada vez mais sua função de proteção social e satisfação das necessidades sociais e intensifica sua funcionalidade ao capital, limitado o aumento das despesas públicas pela via da restrição/redução dos direitos, estimulando a oferta mercantil destes serviços e assegurando a subsunção da classe trabalhadora, em flagrante contraofensiva do capital, mediada pelo Estado.

PARTICULARIDADES NO CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO

Estas tendências gerais são determinações estruturais na universalidade do modo de produção capitalista, mas se reproduzem em condições particularizadas pelas formações sociais nacionais. Nos países de capitalismo periférico, como o Brasil, a incorporação ao capitalismo mundial foi condicionada pela dominação externa, conforme Fernandes (2009), de forma que



a riqueza, extraída e produzida, gerou excedentes econômicos e acumulação de capital para as nações capitalistas colonizadoras e imperialistas.

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo nestas paragens marca de maneira indelével nossa formação social e suas particularidades, que ainda agem na reprodução da desigualdade econômica e social. Traços como heteronomia e dependência, economia escravista, extremada concentração de renda, propriedade e poder, a não incorporação de uma ampla parcela da população nacional – especialmente nativa e escravizada – na ordem econômica, social e política, são responsáveis pela reprodução de uma desigualdade persistente e insuperável entre as classes, mas também de gênero/sexualidade e raça/etnia, consolidando um sistema heteropatriarcal e racista.

São traços estruturais que forjarão historicamente o que Ianni (1989, p. 147) designou como uma “vasta fábrica de desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”. Esses elementos, alavancas do capitalismo, encontram resistência nas lutas sociais, protestos, reivindicações e greves em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho nas fábricas e no campo, lutas por direito ao trabalho, a saúde, a previdência, a assistência social, a habitação, a educação, a segurança, ao lazer, conformando as particularidades e expressões da “questão social” no Brasil, mas que não podem ser descoladas das determinações estruturais do modo de produção capitalista. As particularidades do capitalismo periférico e dependente, portanto, ao mesmo tempo em que se forjam no processo de formação da nação, são também processos constituintes da totalidade capitalista, não podendo ser dela apartada. É nessa perspectiva que autores/as (Carcanholo, 2013; Luce, 2013; Ferreira e Fagundes, 2021), na esteira de estudos de Marini (1990), tematizam a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor e a cisão entre os ciclos do capital como fundamentos do capitalismo dependente, necessário para compreender a unidade exploração/opressão do capitalismo (Pinheiro, 2023).

Para Carcanholo (2013), a superexploração não é um superlativo para designar “mais exploração”, mas sim uma categoria teórica que expressa o movimento concreto de exploração da força de trabalho, que possibili-



ta elevar a taxa de mais-valia. Nessa mesma direção, Luce (2013, p. 149-155) sintetiza algumas expressões concretas de superexploração no Brasil, que exacerbam as expropriações de direitos. A remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor converte o fundo de consumo em fundo de acumulação, o que expropria parte do trabalho necessário. O prolongamento da jornada de trabalho gera desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica e permite que o capital se aproprie de anos de vida futuros sendo esta uma forma de expropriação da própria vida. A imposição de metas e intensidade do trabalho impõe ritmos mais elevados e leva ao esgotamento prematuro da força de trabalho, expropriando suas condições de saúde física e mental. O aumento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumento real da remuneração impõe o endividamento ou a submissão a uma carga extra de trabalho como única forma de acessar bens de consumo que se tornaram bens necessários, expropriando da classe trabalhadora as condições de garantir suas necessidades básicas e vitais à sua reprodução.

As desigualdades sociais, potencializadas pela superexploração, não atingem a todos. Nossa inserção como classe trabalhadora determina nossa forma de acesso às mercadorias, aos bens e serviços públicos, à propriedade, à saúde, à alimentação, à moradia e mesmo à liberdade de escolhas, que dependem fundamentalmente das condições materiais de existência. Mas estes acessos são, estrutural e conjunturalmente, determinados pelas particularidades da formação social e de elementos da diversidade humana, que impõem tanto a exploração de classe, como diferentes formas de opressão, devido à singularidade e diversidade humana. Dados da Oxfam (2024) demonstram que as desigualdades se aprofundaram em todos os países, especialmente após a pandemia da Covid-19, mas atingem sobretudo as mulheres negras nos países de capitalismo dependente e se agravam com as opressões de sexo-gênero e raça-etnia, provocadas pelo sistema heteropatriarcal e racista, que dissemina o machismo, a misoginia e o racismo. No Brasil, as mulheres negras são as que possuem os piores trabalhos, menores rendimentos, menos acesso à previdência social e são maioria entre quem recebe Bolsa Família, um benefício cujo valor médio (R\$ 673,62 em fevereiro de 2025) equivale a 44,37% do salário-mínimo e ao menor valor dos direitos previdenciários.



RESISTIR, SONHAR E LUTAR

Por realizar suas atividades profissionais majoritariamente na esfera das políticas sociais, o Serviço Social se depara e sofre cotidianamente com os sucessivos e agressivos ataques aos direitos e às políticas sociais, provocados pela violenta contraofensiva burguesa às conquistas sociais da classe trabalhadora. As políticas de favorecimento ao capital, especialmente em contexto de agudização da crise, estão transformando o que resta do Estado Social em poderoso instrumento de expropriação dos direitos. A emancipação política da democracia burguesa está em franca decadência. Daí a importância de compreendermos os fundamentos ontológicos do trabalho e dos direitos e a condição atual da política social e sua relação com a reprodução das desigualdades de classe, sexo-gênero e raça-etnia.

Tendo como Projeto Ético-Político a defesa da emancipação humana, e não somente da emancipação política nos marcos da cidadania burguesa, temos um imenso desafio de entender os fundamentos teórico-históricos da nossa profissão, pois só assim poderemos realizar nossas competências e atribuições com valores e princípios sintonizados com a agressividade do tempo presente. Não podemos sucumbir ao risco de cair no tecnicismo e pragmatismo que tendem a “autonomizar” a dimensão técnico-operativa da profissão de seus fundamentos teórico-históricos e ético-políticos.

O nosso Projeto Ético-Político Profissional só tem sentido se inserido no fortalecimento das lutas da classe trabalhadora em perspectiva anticapitalista. Devemos disputar mentes e corações para fortalecer as lutas em defesa dos direitos, não com intuito final de consolidar esse Estado Social cada vez mais funcional ao capital, mas como luta estratégica para fortalecer a consciência crítica e impor limites aos processos expropriatórios. Sonhar, pensar e lutar é um requisito para não cair no pragmatismo e no possibilismo, que submetem qualquer política à lógica mercantil.

Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que



precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas (Vladímir Maiakóvski, 1987, [s.p.]).

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Procure demonstrar a diferença entre emancipação política e emancipação humana e a relação dos direitos sociais com a emancipação política.

2. Tente fazer a relação entre as demandas que chegam ao seu cotidiano profissional, as possibilidades de assegurar o acesso da população às políticas sociais com as quais trabalha e a expropriação de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine R. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo, Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine R. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; LIMA, R. L. L. **Marxismos, Política Social e Direitos**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

BENSAÏD, Daniel. Apresentação. In: BENSAÏD, Daniel. **Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BENSAÏD, Daniel. Prefácio. In: MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.



BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos, superexploração e desigualdade de classe, gênero e raça no Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.) **Os Direitos não Cabem no Estado**: trabalho e política social no capitalismo. São Paulo, Editora Usina, 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: ed. Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. Dívida Pública e expropriação social. **Revista Advir**. Rio de Janeiro: ASDUERJ, Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 36, p. 37-49, jul. 2017. Disponível em: https://www.asduerj.org.br/images/advir/pdf_revista/ADVIR36comp2.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, I. (Org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018a.

BOSCHETTI, Ivanete. Crítica Marxista do Estado Social e dos Direitos no Capitalismo Contemporâneo. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; LIMA, R. L. L. **Marxismos, Política Social e Direitos**. São Paulo: Editora Cortez, 2018b.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112, São Paulo, Cortez, out./dez., 2012b. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/08.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CARCANHOLO, M. Precisões sobre a categoria Superexploração da Força de Trabalho. In: FILHO, Niemeyer A. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013, p. 71-98. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18337. Acesso em: 27 jan. 2025.

FERREIRA, Carla C. C.; FAGUNDES, Gustavo. Dialética da Questão Social e a Unidade Classe, Gênero e Raça. **Revista Temporalis**, vol. 21, n. 42. ABEPPSS, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 4^a ed., 2009.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. A Transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, I. (Org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

GOUGH, Ian. **Economía política del estado del bienestar**. Tradução de Gregorio Rodriguez Cabrero. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, n. 3, p. 145-154, 1989. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LUCE, M. S. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: Evidências da História Recente. In: FILHO, Niemeyer A. (Org.) **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013, p. 145-166. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18337. Acesso em: 27 jan. 2025.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARINI, Ruy M. **A dialética da dependência**. 10. ed. México: Era, 1990. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialectica.htm>. Acesso em: 27 jan. 2025.



MARSHALL, Thomas H. **Política social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINI, Vanderlei; BOSCHETTI, Ivanete. A decadência ideológica da burguesia no contexto brasileiro. In: MENDES, Mossiceia et al. **Capitalismo, crise e Estado**: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho. Uberlândia: Navegando, 2024. (Coleção José Paulo Netto, v. 9). Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-9>. Acesso em: 27 jan. 2025.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Victor Civita, 1984. cap. 24 (Os Economistas).

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, [1875] 2012.

MARX, Karl. A Jornada de Trabalho. In: **O Capital**. Livro I, Capítulo 8. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

OXFAM. **Desigualdade S.A.**: como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública. [s.l.]: Oxfam, 2025. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, [1929] 2017.

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. “**Não aceitei o que é de hábito como coisa natural**”: desvendando a ontologia da unidade exploração-opressão. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.) **Os Direitos não Cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo**. São Paulo, Editora Usina, 2023.

TOUSSAINT, Éric; MILLET, Éric (Org.). **La Dette ou la Vie**. Bruxelas: Editions Aden, 2011. Livros



BIBLIOTECA VIRTUAL

Livros

BOSCHETTI, I. et al. (org.). **Os Direitos não Cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo.** São Paulo, Editora Usina, 2023. Disponível em <https://blogdausinaeditorial.wordpress.com/2025/10/10/os-direitos-nao-cabem-no-estado-ebook-gratuito/>

MARINI, R. M. **A Dialética da Dependência.** Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973). Versão digitalizada conforme publicado em “Ruy Mauro Marini: Vida e Obra”, Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Este documento encontra-se em www.centrovictormeyer.org.br Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>

MENDES, A. et. al. (org.). **Debates sobre Estado e Capital: contribuições contemporâneas e críticas sobre a derivação do Estado.** São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2025. Disponível em <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1651/1505/5955>

MENDES, M. et al. (org.). Capitalismo, **Crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho.** Coleção José Paulo Netto – Volume 9 1ª Edição Eletrônica, 2024. Uberlândia. Navegando Editora. Disponível em <https://www.editoranavegando.com/livro-9>

Artigos e Capítulos de Livros

AUGUSTO CHAVES, H. L. (2024). **A simbiótica relação entre acumulação capitalista, trabalho, pobreza e políticas sociais.** Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea, 22(56). Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/86957>



BOSCHETTI, I. **Expropriação de direitos, superexploração e desigualdade de classe, gênero e raça no Brasil recente.** In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.) Os Direitos não Cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo. São Paulo, Editora Usina, 2023. Disponível em <https://blogdausinaeditorial.wordpress.com/2025/10/10/os-direitos-nao-cabem-no-estado-ebook-gratuito/>

_____ **Dívida Pública e expropriação social.** Revista Advir, Rio de Janeiro: ASDUERJ, Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 36, p. 37-49, jul. 2017. Disponível https://www.asduerj.org.br/images/advir/pdf_revista/ADVIR36comp2.pdf

BODON, L. G.. **Expropriação capitalista, violência jurídica e reprodução social: um diálogo entre a teoria da reprodução social e a teoria da reprodução sócio-jurídica do capitalismo.** Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 15, N. 02, Apr-Jun 2024. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rdp/a/9xqYdLtKfYcQgPzGBgH4Tdt/?format=html&lang=pt>

CARCANHOLO, M. **(Im) Precisões sobre a categoria Superexploração da Força de Trabalho.** In FILHO, Niemeyer Almeida (org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013 (p. 71-98). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18337

DEMIER, F.; GONÇALVES, G. L. **Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista.** Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.3, 2017, p. 2350-2376. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rdp/a/fd6dNvLtdRhJ3GGBCmjyrS/?lang=pt>

GONÇALVES, G. L. **Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito.** Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 1028-1082. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rdp/a/6ThpnWCmDQzFMp7pDqDYQCP/?lang=pt>



IANNI, Octavio. (1989). **A questão social**. Revista USP, (3), 145-154. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>

LUCE, M. S. **A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: Evidências da História Recente**. In FILHO, Niemeyer Almeida (org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013 (p. 145-166). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18337

Artigos em Páginas Eletrônicas ou Blogs

GONÇALVES, G. L. **Teorema da expropriação capitalista**. Blog A Terra é Redonda. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/teorema-da-expropriacao-capitalista/>

Vídeos/Conferências/Debates/Entrevistas

Eleutério Prado, Guilherme Leite Gonçalves e Virginia Fontes. **Teorema da expropriação capitalista**. TV Boitempo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CrWIgoCcEHk>

Virgínia Fontes. **Atuais formas de expropriação/exploração do capital**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JxPEWzeADLI>

Virgínia Fontes. **O que é ACUMULAÇÃO PRIMITIVA?** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=odEHoAEFMvc>



Sites e Páginas Informativas

CEBRAP. 2024: **Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades.**

Disponível em https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2024/09/RELATORIO_2024_v3-1.pdf

Fórum Econômico Mundial. **Relatório Global sobre a Desigualdade de Gênero, 2024.** Disponível em <https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2024/digest/>

OIT. **Relatório Mundial sobre Proteção Social 2024-2026.** Disponível em https://brasil.un.org/sites/default/files/2024-09/SOCPRO_WSPR_2024_Executive_Summary_PT_Web.pdf

ONU. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2023-2024.** Disponível em <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>

OXFAM. **Relatório “DESIGUALDADE S.A. Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública”.** Disponível em <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/> Acesso em 27/01/2025

MARXISMO21. Página com várias referências bibliográficas. Disponível em <https://marxismo21.org/>

Filmes

“My Name Is Joe”. Dir. Ken Loach, Inglaterra, 1998. Prime Video

“Cidade de Deus”. Dir. Fernando Meirelles e Kátia Lund, Brasil, 2002. Netflix

“Diários de Motocicleta”. Dir. Walter Salles. EUA, 2004, Prime Video



“Saneamento Básico, o filme”. Dir. Jorge Fernando, Brasil, 2007, Netflix

“Capitalismo, uma História de Amor”. Dir. Michael Moore . EUA, 2009, Prime Video.

“Inside Job – A Verdade da Crise”. Dir. Charles Ferguson, EUA, 2010, Netflix

“Elefante Branco”. Dir. Pablo Trapero, Argentina, 2012

“Elysium”. Dir. Neill Blomkamp, EUA, 2013. Prime Vídeo

“O Som ao Redor”. Dir. Kleber Mendonça Filho, Brasil, 2013, Netflix

“Que Horas Ela Volta?”. Dir. Anna Muylaert, Brasil, 2015, Netflix

“Eu, Daniel Blake”, Dir. Ken Loach, Inglaterra, 2016, Prime Video

“Bacurau”. Dir. Kleber Mendonça Filho, Juliano Dornelles, Brasil, 2019, Globoplay

“Des-Igualdade”. Dir. André Corrêa, Brasil, 2022, Prime Video

EMENTÁRIO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

DISCIPLINA I › TENDÊNCIAS MUNDIAIS DA CRISE DO CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA

Aula 1 ›	Crise estrutural e impactos na produção e reprodução social
Docente/autoria	› Elaine Rossetti Behring (UERJ)
Ementa › Crise estrutural no contexto da decadência do sistema capitalista. Produção e reprodução da questão social. A ofensiva destrutiva do capital pela valorização do valor. Limites históricos e materiais do capitalismo. Principais manifestações contemporâneas da crise na ordem econômica mundial.	
Aula 2 ›	Crise da democracia burguesa e avanço mundial da extrema direita
Docente/autoria	› Ana Elizabete Mota (UFPE)
Ementa › A reação burguesa à crise do capitalismo. A crise do regime democrático-eleitoral burguês. O avanço mundial de forças organizadas da extrema direita. As políticas conservadoras e sua ofensiva às conquistas civilizatórias. A ascensão de partidos com discursos xenofóbicos.	
Aula 3 ›	Impactos ideopolíticos da crise na organização dos movimentos populares e nos projetos societários
Docente/autoria	› Marcelo Braz (UFRN)
Ementa › A decadência ideopolítica da ordem burguesa. Os movimentos sociais e sua relação com as classes sociais e projetos societários. A expansão do irracionalismo e sua política contrarrevolucionária. Os ataques às lutas e conquistas sociais da classe trabalhadora. Sujeitos políticos e a luta pela emancipação humana.	

Aula 4 :	Ofensiva do capital sobre o Estado, os direitos e as políticas sociais
Docente/autoria	> Ivanete Boschetti (UFRJ)
Ementa	A reação burguesa à crise do capitalismo. A crise do regime democrático-eleitoral burguês. O avanço mundial de forças organizadas da extrema direita. As políticas conservadoras e sua ofensiva às conquistas civilizatórias. A ascensão de partidos com discursos xenofóbicos.

DISCIPLINA 2 › FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: CAPITALISMO DEPENDENTE E PERIFÉRICO, SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

Aula 1 :	Particularidades da formação social no contexto do capitalismo dependente, heteropatriarcal e racista brasileiro
Docente/autoria	> Cristiane Lúiza Sabino de Souza (UFSC)
Ementa	A lei do valor no modo de produção capitalista e a particularidade do capitalismo dependente heteropatriarcal e racista brasileiro. Elementos determinantes da formação social: colonização, dependência, escravização, superexploração, sexismo e racismo.

Aula 2 :	Fundamentos da questão social e suas particulares expressões no sistema capitalista dependente, heteropatriarcal e racista brasileiro
Docente/autoria	> Paulo Wescley Maia Pinheiro (UFMT)
Ementa	Fundamentos histórico-estruturais da questão social e suas particularidades na reprodução social no capitalismo dependente brasileiro. Trabalho, acumulação e superexploração. A unidade dialética entre exploração e opressões de classe, sexo-gênero e raça-etnia no sistema capitalista heteropatriarcal e racista brasileiro.

Aula 3 ›	Autocracia burguesa e interdição democrática: Estado e classes sociais no capitalismo dependente e periférico
Docente/autoria	› Virginia Fontes (Fiocruz)
Ementa	› Estado e dominação burguesa nas raízes do autoritarismo no Brasil. Particularidades da decadência ideológica da burguesia brasileira e interdição democrática. O Estado no capitalismo dependente e a restrição aos direitos democráticos. Estado autocrático e repressão às lutas sociais. Cidadania burguesa, emancipação política e os limites dos direitos sociais no Brasil
Aula 4 ›	Particularidades da crise no Brasil, conquistas democráticas e limites da cidadania burguesa
Docente/autoria	› Juliana Fiúza Cislaghi (UERJ)
Ementa	› Particularidades da crise no capitalismo dependente e periférico brasileiro. Manifestações e efeitos no contexto do desenvolvimento desigual e combinado e reprodução das desigualdades sociais. Luta de classes e conquistas democráticas. Ajuste Fiscal e dinâmica do fundo público e financiamento das políticas sociais.
Aula 5 ›	O Serviço Social no Brasil: das origens conservadoras aos fundamentos do Projeto Ético Político Profissional
Docente/autoria	› Marilda Iamamoto (UERJ)
Ementa	› Determinantes histórico-estruturais da emergência do Serviço Social no capitalismo dependente. Resistência classista e condições histórico-políticas e sociais que possibilitaram a construção coletiva do Projeto Ético-Político Profissional. As bases do Projeto Ético Político e compromisso com a emancipação humana.

Aula 6 ›	Princípios, valores e compromissos do Projeto Ético-político profissional do Serviço Social brasileiro
Docente/autoria	› Silvana Mara de Moraes dos Santos (UFRN) › Sâmya Ramos (UERN)
Ementa › O sentido, dimensões e relevância dos princípios e valores estabelecidos no Código de Ética Profissional. Compromissos teóricos e ético-políticos com a diversidade humana, as lutas classistas e os direitos democráticos. O Projeto Ético Político, as críticas aos limites da cidadania burguesa e o horizonte de superação da questão social.	

DISCIPLINA 3 › O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

Aula 1 ›	Questão social e reprodução das desigualdades de classe, sexo/gênero e raça- etnia
Docente/autoria	› Josiane Soares Santos (UFRN)
Ementa › Expressões atuais da questão social no Brasil, em contexto de crise do capital e reprodução das desigualdades de classe, sexo/gênero e raça- etnia no Brasil. Principais demandas ao trabalho profissional, contradições e mediações vitais ao Projeto Ético Político Profissional e à garantia de direitos.	

Aula 2 ›	Conquistas democráticas e o projeto de seguridade social defendido pelo Serviço Social brasileiro
Docente/autoria	› Mossicleia Mendes (UFRJ)
Ementa › A Seguridade Social defendida pelo Serviço Social na Carta de Maceió e suas possibilidades na ampliação de direitos sociais. Os processos destrutivos da Seguridade Social no Brasil e impactos na expropriação de direitos. Os desafios e compromissos do Serviço Social na defesa da Seguridade Social.	

Aula 3 ›	Padrão de reprodução do capital no neoliberalismo, ofensiva sobre os direitos do trabalho e implicações para as condições de trabalho de assistentes sociais
Docente/autoria	› Raquel Raichelis (PUC/SP)
Ementa	› Produção e reprodução do capital no neoliberalismo e ultraneoliberalismo. Ofensiva burguesa aos direitos do trabalho no Brasil e as contrarreformas destrutivas de direitos. Precarização do trabalho e desigualdade de classe, sexo/gênero e raça-etnia. Implicações para as condições de trabalho de assistentes sociais.
Aula 4 ›	Dívida pública, usurpação do Fundo Público e consequências para a Seguridade Social e o trabalho profissional
Docente/autoria	› Giselle Souza (Unirio)
Ementa	› Produção da riqueza e constituição do Fundo Público. Fundo Público e composição do orçamento público. Destinação do Fundo Público para remuneração dos juros e amortização da dívida pública e implicações na implementação das políticas sociais, particularmente na seguridade social. Impactos sobre o trabalho profissional nas políticas sociais.
Aula 5 ›	O trabalho da/o assistente social em contexto de contrarreforma da previdência social
Docente/autoria	› Rivânia Moura (UERN)
Ementa	› Importância da previdência social pública na reprodução social da classe trabalhadora. Ofensiva burguesa, financeirização, contrarreformas da previdência social, redução de direitos e desigualdade de classe, sexo/gênero e raça-etnia. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social na previdência social.

Aula 6 :	O trabalho da/o assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Docente/autoria	› Abigail Torres (SP) › Kelly Melatti (SP)
Ementa	› Contradições e significado da assistência social no capitalismo e na reprodução social da classe trabalhadora. Importância e condições de materialização do SUAS no contexto da Seguridade Social brasileira. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social na Política de Assistência Social.

Aula 7 :	O trabalho da/o assistente social no Sistema Único de Saúde (SUS)
Docente/autoria	› Maurilio Castro Matos (UERJ) › Maria Ines Souza Bravo (UERJ)
Ementa	› A relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil no contexto da Seguridade Social. Sucessivas investidas de privatização, contenção e empecilhos à sua universalização com qualidade. Lutas profissionais em defesa do SUS. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social no SUS.

Aula 8 :	O trabalho da/o assistente social na Educação (escolas e instituições de ensino federais)
Docente/autoria	› Eliane Bolorino (Unesp/Franca)
Ementa	› A importância e luta do Serviço Social pela inserção de assistentes sociais nas escolas públicas e privadas e nas instituições de ensino federais. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social na educação.

Aula 9 :	O trabalho da/o assistente social no campo “Sociojurídico”
Docente/autoria	› Silvia Tejadas (RS)
Ementa	› Os diversos espaços sócio-ocupacionais da/o assistente social do campo “sociojurídico”. Contradições e mediações entre o controle e a garantia de direitos. A relevância do trabalho profissional na mediação para acesso aos direitos. Demandas, atribuições, dificuldades e possibilidades do trabalho da/o assistente social no campo “sociojurídico”.

DISCIPLINA 4 › EXPRESSÕES ATUAIS DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL, TRABALHO E COMPROMISSOS ÉTICO-POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Aula 1 ›	Questão ambiental e climática, expropriação dos bens comuns da natureza, impacto para os povos originários, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Maria das Graças e Silva (UFPE) › Iara Fraga (UECE)
Ementa › Questão ambiental como dimensão da questão social. Acumulação, expropriação e mercantilização dos bens da natureza e impactos na destruição da biodiversidade humana, de flora e fauna. Expressões atuais da questão ambiental, o racismo ambiental, ataques aos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social no enfrentamento às expressões da questão ambiental.	
Aula 2 ›	Questão racial, violência contra a juventude negra, encarceramento, e trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Márcia Campos Eurico (PUC- SP)
Ementa › Questão racial como determinação da questão social. Expressões concretas da questão racial no Brasil recente, com ênfase nas desigualdades vivenciadas pela população negra, destacadamente as mulheres, no acesso aos direitos, trabalho, emprego, educação, saúde, previdência, assistência social, lazer. Violência contra a juventude negra, encarceramento. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas antirracistas.	
Aula 3 ›	Questão urbana, degradação da vida da população em situação de rua, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Joana Valente Santana (UFPA)
Ementa › Questão urbana como dimensão da questão social. Expressões concretas da questão urbana no Brasil recente. A imposição de padrões de mercantilização, segregação e violência na produção do espaço urbano e a reprodução de desigualdades de classe, sexo/gênero e raça- etnia. A degradação da vida da população em situação de rua, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social na luta pelo direito à cidade.	

Aula 4 :	Conservadorismo familiarista, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social no acesso ao direito protetivo e à convivência familiar
Docente/autoria	› Solange Maria Teixeira (UFPI)
Ementa	› Determinantes do sistema heteropatriarcal, racista e sexista na concepção familiarista conservadora no Brasil. Expressões concretas do familialismo nas políticas sociais. A responsabilização da mulher na reprodução social e a feminização do cuidado. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social no acesso ao direito protetivo e à convivência familiar em sua diversidade.
Aula 5 :	Laicidade, intolerância religiosa, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Luciano Alves (SP) › Lucia Soares (RJ)
Ementa	› Laicidade e Estado laico na defesa dos direitos e da igualdade na democracia burguesa. Distinção entre intolerância religiosa e racismo religioso. Expressões concretas de manifestações de preconceito, racismo e violências contra religiões afro-brasileiras ou de matriz africana no Brasil. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas contra o preconceito, a discriminação, e pela igualdade.
Aula 6 :	Misoginia, relações de sexo/gênero, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	› Mirla Cisne (UERN) › Verônica Ferreira (UFRN)
Ementa	› Determinantes estruturais da exploração e opressões das mulheres no sistema patriarcal e racista brasileiro. Fundamentos feministas sobre Reprodução Social. O significado político e teórico das relações sociais de sexo/gênero, raça-etnia e de classe nos estudos feministas. Expressões concretas de misoginia, violências e feminicídio no Brasil. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas feministas contra o machismo, a misoginia e a violência.

Aula 7 ›	LGBTQIA+fobia e diversidade humana, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	<ul style="list-style-type: none"> › Guilherme Almeida (UFRJ) › Bruna Irineu (UFMT)
<p>Ementa › Determinantes estruturais da exploração e opressões da população LGBTQIA+ no sistema heteropatriarcal e racista brasileiro. Fundamentos e valores da diversidade humana e dos direitos humanos em contexto de decadência ideológica da democracia burguesa. Expressões concretas das diversas e violentas expressões de LGBTfobia no Brasil. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas pela diversidade humana, pela igualdade e contra a LGBTfobia.</p>	

Aula 8 ›	A luta anticapacitista: trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social
Docente/autoria	<ul style="list-style-type: none"> › Daiane Mantonoelli (SC)
<p>Ementa › Direitos Humanos, diversidade e reprodução das desigualdades impostas às pessoas com deficiência no capitalismo. Expressões concretas das diversas expressões de capacitismo no Brasil. Trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social nas lutas anticapacitista e na garantia de direitos.</p>	

Aula 9 ›	Repressão aos movimentos populares, trabalho e compromissos ético-políticos do Serviço Social com as lutas contra a exploração e todas as formas de opressão
Docente/autoria	<ul style="list-style-type: none"> › Maria Lucia Duriguetto (UFJF) › Susana Maria Maia (UFF/Rio das Ostras)
<p>Ementa › Ofensiva do capital às lutas da classe trabalhadora em contexto de crise. Expressões da criminalização e repressão aos movimentos populares no Brasil. Compromissos ético-políticos do Serviço Social com as lutas sociais anticapitalistas e de defesa de direitos nos movimentos sindical, indígena, mulheres, LGBT e antirracistas.</p>	

Aula 10 ›	Ataques reacionários e críticas ao Projeto Ético-político do Serviço Social: expressões e desafios na formação e no trabalho profissional 10.1 › As lutas do Conjunto CFESS/CRESS 10.2 › As lutas da ABEPSS
Docente/autoria	› CFESS › ABEPSS
Ementa › O avanço do pensamento conservador e reacionário no Serviço Social brasileiro em anos recentes e seus ataques ao Projeto Ético Político do Serviço Social. A defesa da hegemonia dos princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional no âmbito da formação e do trabalho profissional. Os desafios e frentes de lutas do Conjunto CFESS-CRESS. Os desafios e frentes de lutas da ABEPSS.	

DISCIPLINA 5 › SUBSÍDIOS À ELABORAÇÃO DO TRABALHO FINAL

Aula 1 ›	Importância do pensamento crítico na análise da realidade
Docente/autoria	› Hamida Assunção (UFAM)
Ementa › A produção de conhecimento na perspectiva crítica e articulada ao Projeto Ético-político profissional. A importância da atitude investigativa para a produção de conhecimento crítico e para o enfrentamento ao conservadorismo na formação e no trabalho profissional.	

DISCIPLINA 6 › TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: ARTIGO CIENTÍFICO OU PROJETO DE INTERVENÇÃO

Aula 1 ›	Orientações para elaboração de Artigo Científico
Docente/autoria	› GT Gestor do Curso
Ementa › Como formular um tema para abordar no artigo. Como articular os conteúdos vistos no curso e os interesses e experiências profissionais. Elementos fundamentais para relacionar o trabalho profissional à formulação teórico-crítica: totalidade, contradição, mediação. Síntese das normas técnicas da ABNT para artigo científico.	
Aula 2 ›	Orientações para elaboração do Projeto de Intervenção
Docente/autoria	› Eblin Farage (UFF/RJ)
Ementa › Importância do projeto de intervenção para o trabalho profissional. Fundamentos teóricos e sócio-históricos para reconhecimento das expressões da questão social no cotidiano profissional. Identificação das demandas sociais e institucionais no cotidiano profissional. Articulação entre demandas e competências e atribuições profissionais. Elementos instrumentais para estruturar um projeto de intervenção.	

LINKS PARA AS AULAS EM VÍDEO

AULA INAUGURAL | Trabalho Profissional: Questão Social e Fundamentos Teóricos-Históricos e Ético Políticos do Serviço Social » Maria Carmelita Yazbek

<https://www.youtube.com/watch?v=iuMei-s-MZY>

AULA 1 | Crise estrutural e impactos na produção e reprodução social » Elaine Behring

<https://www.youtube.com/live/mX0UykkIrP4>

AULA 2 | Crise da democracia burguesa e avanço mundial da extrema direita » Ana Elizabete Mota

<https://www.youtube.com/live/Nvrvp7DzgMw>

AULA 3 | Impactos ideopolíticos da crise na organização dos movimentos populares e nos projetos societários » Marcelo Braz

<https://www.youtube.com/watch?v=Xa3rmn9yK5M>

AULA 4 | Ofensiva do capital sobre o Estado, os direitos e as políticas sociais » Ivanete Boschetti

<https://www.youtube.com/watch?v=yxOTGCWJ8-k>





CURSO ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO PROFISSIONAL
QUESTÃO SOCIAL E FUNDAMENTOS
TEÓRICO-HISTÓRICOS E ÉTICO-POLÍTICOS DO
SERVIÇO SOCIAL



UERN



ISBN: 978-65-86322-21-7

10



9 786586 322217